**TERMO DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS,EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA [SPE PINTASSILGO]**

entre

**[SPE PINTASSILGO]**

*como Emissora*

e

**CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**

*como Titular das Notas Comerciais*

com a interveniência de

**LOTE 5 DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.;**

**ARTHUR MATARAZZO BRAGA;**

**ASTÉRIO VAZ SAFATLE;**

**FERNANDO BRUNO DE ALBUQUERQUE;**

**LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO; e**

**RICARDO SETTON**

*como Avalistas*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

[=] de setembro de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**TERMO DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS,EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA [SPE PINTASSILGO]**

Pelo presente instrumento particular,

**I.** na qualidade de emissora das Notas Comerciais (conforme definido abaixo):

**[SPE PINTASSILGO]**, sociedade empresária limitada com sede no Município de [=], Estado de [=], na [=], nº [=], CEP [=], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº [=] (“Emissora”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu contrato social e identificados na respectiva página de assinaturas deste instrumento; e

**II.** na qualidade de titular das Notas Comerciais:

**CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, sociedade por ações com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “[=]” e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM 60 (conforme definido abaixo), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, cj. 152, Itaim Bibi, CEP 01.451-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.468.139/0001-98 (“Titular das Notas Comerciais”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social e identificados na respectiva página de assinatura deste instrumento,

e, ainda, com a interveniência de:

1. na qualidade de Avalistas (conforme definido abaixo):

**LOTE 5 DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.**, sociedade empresária por ações com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.118.230/0001-52 (“Lote 5”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu estatuto social e identificados na respectiva página de assinaturas deste instrumento;

**ARTHUR MATARAZZO BRAGA,** brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime [=] com a Sra. **[=]**, qualificada abaixo, portador da cédula de identidade nº 12.5.887.766 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) sob o nº 765.993.378-72, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Arthur”);

**ASTÉRIO VAZ SAFATLE,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão universal de bens com a Sra. **Simei de Britto Gomes Safatle**, qualificada abaixo, portador da cédula de identidade nº 12.113.383-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 087.493.368-43, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Astério”);

**FERNANDO BRUNO DE ALBUQUERQUE,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 4.689.002-6 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 010.549.728-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Fernando”);

**LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com a Sra. **Adriana de Castro Silveira Pinto**, qualificada abaixo, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 15.187.306-9 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 064.006.118-43, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Luiz Roberto”); e

**RICARDO SETTON,** brasileiro, engenheiro, casado sob o regime [=] com a Sra. **[=]**, qualificada abaixo, portador da cédula de identidade nº 10.557.715 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 089.560.948-70, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Ricardo” e, em conjunto com Arthur, Astério, Fernando e Luiz Roberto, “Avalistas PF” e, ainda, em conjunto com a Lote 5, “Avalistas”),

1. na qualidade de Cônjuges Anuentes (conforme definido abaixo):

**[=]**, [nacionalidade], [profissão], casada sob o regime [=] com o Sr. **Arthur Matarazzo Braga**, qualificado acima, portadora da cédula de identidade nº [=] SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº [=], com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“[=]”)

**SIMEI DE BRITTO GOMES SAFATLE**, brasileira, advogada, casada sob o regime de comunhão universal de bens com o Sr. **Astério Vaz Safatle**, qualificado acima, portadora da cédula de identidade nº 13.160.036-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 066.447.798-40, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Simei”);

**ADRIANA DE CASTRO SILVEIRA PINTO,** brasileira, do lar, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com o Sr. **Luiz Roberto Horst Silveira Pinto**, qualificado acima, portadora da cédula de identidade nº 11.334.927-0 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 130.340.708-61, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“Adriana”); e

**[=]**, [nacionalidade], [profissão], casada sob o regime [=] com o Sr. **Ricardo Setton**, qualificado acima, portadora da cédula de identidade nº [=] SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº [=], com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 (“[=]” e, em conjunto com [=], Simei e Adriana, “Cônjuges Anuentes”)

sendo a Emissora, a Titular das Notas Comerciais, os Avalistas e as Cônjuges Anuentes doravante denominados, em conjunto e indistintamente, “Partes”,

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a Emissora tem por objeto social as atividades imobiliárias descritas na cláusula 2.3.1 deste instrumento;
2. a Emissora tem interesse em emitir notas comerciais, com garantias reais e fidejussórias, em série única, da sua 1ª (primeira) emissão, para colocação privada (“Emissão das Notas Comerciais” ou “Emissão”), composta por [=] ([=]) notas comerciais (“Notas Comerciais”), todas com valor nominal unitário de R$ [=] ([=]) na respectiva data de emissão (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de R$ [=] ([=]) na respectiva data de emissão (“Valor Nominal Total”), nos termos dos artigos 45 a 51 da Lei nº 14.195 (conforme definido abaixo) e deste instrumento, a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Titular das Notas Comerciais;
3. os recursos a serem captados pela Emissora com a Emissão das Notas Comerciais serão destinados exclusivamente a atividades imobiliárias da Emissora, relacionadas ao seu objeto social, no curso ordinário dos seus negócios, na forma prevista na cláusula 4.5 deste instrumento;
4. as Notas Comerciais emitidas pela Emissora e subscritas e integralizadas pela Titular das Notas Comerciais, nos termos do boletim de subscrição a ser assinado pela Titular das Notas Comerciais, conforme modelo constante no **Anexo IV** a este Termo de Emissão (conforme definido abaixo), conferirão direito de crédito à Titular das Notas Comerciais em face da Emissora, correspondente à obrigação de pagamento de todos os valores devidos pela Emissora em decorrência das Notas Comerciais, nos termos deste instrumento, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo), a Atualização Monetária (conforme definido abaixo), os Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), bem como todos e quaisquer outros valores e encargos eventualmente devidos por força deste instrumento, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como Garantias (conforme definido abaixo), Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários advocatícios e demais encargos contratuais e legais previstos e relacionados a este instrumento, os quais configuram créditos imobiliários por destinação, nos termos do Ofício Circular CVM/SRE 01/2021 (conforme definido abaixo), em conjunto com a Lei nº 14.430 (conforme definido abaixo) e a Resolução CVM 60 (“Créditos Imobiliários NC”);
5. em adição à Emissão das Notas Comerciais, a **Tenerife Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tenerife, nº 31, 6º andar, bloco A, conjunto 61, bairro Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.858.909/0001-07 (“Tenerife”), na qualidade de compradora, celebrou, em 12 de abril de 2022, com a Sra. **Christina Helene Monica Wenninger-Mrozek**, com nacionalidades alemã e brasileira, jurista, casada sob o regime [=] com **Ronald Peter Wenninger**, portadora da cédula de identidade RG nº 7.793.228-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 707.490.731-60, com domicílio profissional no Município de [=], Estado de [=], na [=], CEP: [=] (“Christina”), e com o Sr. **Thomas Marc Elmar Mrozek**, com nacionalidades alemã e brasileira, administrador de empresas, casado sob o regime [=] com **Susanne Katharina Mrozek**, portador da cédula de identidade RG nº 7.793.227-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 072.461.851-74, com domicílio profissional no Município de [=], Estado de [=], na [=], CEP: [=], na qualidade de vendedores (“Thomas” e, em conjunto com Christina, “Vendedores Indianópolis”), o *“Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Outras Avenças”* (conforme eventualmente alterado de tempos em tempos, “Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis”), por meio da qual a Tenerife adquiriu, e os Vendedores Indianópolis alienaram, observados os termos e condições previstos no referido Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis, o Imóvel Indianópolis (conforme definido abaixo);
6. A Tenerife reservou para si, nos termos da cláusula 1.7 do Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis, com autorização que lhe confere o artigo 467 do Código Civil, a possibilidade de indicar como efetiva compradora do Imóvel Indianópolis uma pessoa jurídica do seu grupo econômico, de modo que indicará, no momento da outorga da escritura definitiva de compra e venda, a **[SPE** Indianópolis**]**, sociedade empresária limitada com sede no Município de [=], Estado de [=], na [=], nº [=], CEP [=], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [=] (“SPE Indianópolis”);
7. em decorrência da celebração do Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis, os Vendedores Indianópolis detêm contra a Tenerife direitos de crédito correspondentes à obrigação de pagamento futuro do preço de aquisição do Imóvel Indianópolis, bem como a totalidade dos respectivos acessórios, tais como juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos no Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis, os quais configuram créditos imobiliários nos termos da Lei nº 14.430 (“Créditos Imobiliários CVC” e, em conjunto com os Créditos Imobiliários NC, “Créditos Imobiliários”);
8. a Emissora tem interesse em participar de uma operação estruturada de securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei nº 9.514, da Lei nº 14.430 e da Resolução CVM 60, a qual será realizada pela Titular das Notas Comerciais, na qualidade de companhia securitizadora;
9. a Tenerife e a [SPE Indianópolis] também têm interesse em participar de uma operação estruturada de securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei nº 9.514, da Lei nº 14.430 e da Resolução CVM 60, a ser realizada pela Titular das Notas Comerciais, na qualidade de companhia securitizadora, tendo os Vendedores Indianópolis se comprometido a ceder, e a Titular das Notas Comerciais se comprometido a adquirir, de forma onerosa, os Créditos Imobiliários CVC, nos termos do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC (conforme definido abaixo), o que o farão visando viabilizar o pagamento, pela Tenerife e pela [SPE Indianópolis], do Valor Nominal dos Créditos Imobiliários Indianópolis (conforme definido no Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC);
10. enquanto titular dos Créditos Imobiliários, a Titular das Notas Comerciais emitirá a CCI NC (conforme definido abaixo), representativa dos Créditos Imobiliários NC, nos termos da Escritura de Emissão de CCI NC (conforme definido abaixo), e a CCI CVC (conforme definido abaixo), representativa dos Créditos Imobiliários CVC, nos termos da Escritura de Emissão de CCI CVC (conforme definido abaixo), servindo assim de lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, de forma a viabilizar a estruturação da Operação de Securitização (conforme definido abaixo);
11. os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, servirão de lastro para os certificados de recebíveis imobiliários da 1ª série da 4ª emissão da Titular das Notas Comerciais (“CRI” e “Emissão dos CRI”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização (conforme definido abaixo), configurando assim operação estruturada de securitização dos Créditos Imobiliários, nos termos da Lei nº 14.430 e da Resolução CVM 60 (“Operação de Securitização”), na qual a presente Emissão das Notas Comerciais e a Cessão dos Créditos Imobiliários CVC (conforme definido abaixo) se inserem;
12. os CRI serão objeto de distribuição primária por meio de oferta pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 (conforme definido abaixo) (“Oferta Restrita dos CRI”), e serão destinados exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), os quais serão considerados titulares dos CRI;
13. em garantia das Obrigações da Operação de Securitização (conforme definido abaixo), os Avalistas concordaram em prestar garantia fidejussória em favor da Titular das Notas Comerciais, nos termos deste instrumento; e
14. a **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, devidamente autorizada a atuar como agente fiduciário de emissões de valores mobiliários nos termos da Resolução CVM 17, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, sala 2401, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, será contratada por meio do Termo de Securitização como agente fiduciário representante dos titulares dos CRI (“Agente Fiduciário dos CRI”) e acompanhará a destinação dos recursos captados com a presente Emissão, nos termos da cláusula 4.5 deste instrumento,

**RESOLVEM** as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, pautadas pelos princípios da probidade e boa-fé, celebrar o presente “*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]*” (“Termo de Emissão”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA  
   DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES
   1. Para os fins deste Termo de Emissão, os termos aqui iniciados em letra maiúscula (incluindo, sem limitação, no Preâmbulo) terão o significado que lhes é atribuído abaixo, sem prejuízo das definições que forem estabelecidas ao longo deste instrumento: **[Nota PMK: As definições e as referências cruzadas serão revisadas anteriormente ao encaminhamento da versão *Sign-Off*]**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| “Afiliadas” | | | Todas as sociedades controladas, coligadas, controladoras ou sob controle comum à respectiva parte. | | |
| “Agente Fiduciário dos CRI” | | | O agente fiduciário representante dos Titulares dos CRI nos termos da Resolução CVM 17, qual seja, a **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, qualificada no considerando (N) deste Termo de Emissão, ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.3.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Alienações Fiduciárias” | | | Quando referidas em conjunto e/ou indistintamente, a Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora e a Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo. | | |
| “Amortização Extraordinária Obrigatória” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.4.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “ANBIMA” | | | A **Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**, associação civil, sem finalidade econômica, que atua como entidade autorreguladora junto a seus associados em assuntos de interesse dos mercados financeiros e de capitais. | | |
| “Área Privativa Bruta - Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (c) da cláusula 5.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Arthur” | | | O Sr. **Arthur Matarazzo Braga**, qualificado no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Assembleia Especial de Titulares dos CRI” ou “Assembleia Especial” | | | A assembleia especial dos Titulares de CRI, a ser realizada em conformidade com os termos e condições previstos no Termo de Securitização. | | |
| “Astério” | | | O Sr. **Astério Vaz Safatle**, qualificado no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Atualização Monetária” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.3.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Aval” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Avalistas” | | | Quando referidos em conjunto e/ou indistintamente, **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.**, **Arthur Matarazzo Braga**, **Astério Vaz Safatle**, **Fernando Bruno de Albuquerque**, **Luiz Roberto Horst Silveira Pinto** e **Ricardo Setton**, qualificados no preâmbulo deste Termo de Emissão, ou quaisquer outras pessoas que venham a sucedê‑los a qualquer título. | | |
| “Avalistas PF” | | | Quando referidos em conjunto e/ou indistintamente, **Arthur Matarazzo Braga**, **Astério Vaz Safatle**, **Fernando Bruno de Albuquerque**, **Luiz Roberto Horst Silveira Pinto** e **Ricardo Setton**, qualificados no preâmbulo deste Termo de Emissão, ou quaisquer outras pessoas que venham a sucedê‑los a qualquer título. | | |
| “B3” | | | A **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3**, entidade administradora dos ambientes de bolsa e balcão para registro, negociação, compensação, liquidação e depósito centralizado de ativos, títulos e valores mobiliários na República Federativa do Brasil. | | |
| “Banco Liquidante dos CRI” | | | A instituição financeira responsável pelas liquidações financeiras da Titular das Notas Comerciais no âmbito da Emissão dos CRI, ou seja, o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100 - Torre Itausa, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/0001-04, ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “SPE Indianópolis” | | | A **[SPE Indianópolis]**, qualificada no considerando (F) deste Termo de Emissão, ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “Cartório[(s)] de RTD” | | | O[s] competente[s] cartório[s] de registro de títulos e documentos da[s] circunscrição[ões] dos domicílios e/ou das sedes das partes deste Contrato, qual[is] seja[m], a[s] comarca[s] do[s] Município[s] de [=], Estado de [=]. | | |
| “CCI” | | | Quando referidas em conjunto e/ou indistintamente, a CCI CVC e a CCI NC. | | |
| “CCI CVC” | | | A cédula de crédito imobiliário integral emitida pela Titular das Notas Comerciais sob a forma escritural, sem garantia real, para representar os Créditos Imobiliários CVC, nos termos da Escritura de Emissão de CCI CVC. | | |
| “CCI NC” | | | A cédula de crédito imobiliário integral emitida pela Titular das Notas Comerciais sob a forma escritural, sem garantia real, para representar os Créditos Imobiliários NC, nos termos da Escritura de Emissão de CCI NC. | | |
| “Cessão dos Créditos Imobiliários CVC” | | | A cessão onerosa, pelos Vendedores Indianópolis à Titular das Notas Comerciais, dos Créditos Imobiliários CVC, nos termos do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC. | | |
| “Cessão Fiduciária - Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.4.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Christina” | | | A Sra. **Christina Helene Monica Wenninger-Mrozek**, qualificada no considerando (E) deste Termo de Emissão. | | |
| “CNPJ/ME” | | | O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia da República Federativa do Brasil. | | |
| “Código Civil” | | | A Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que instituiu o código civil brasileiro. | | |
| “Código de Processo Civil” | | | A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que instituiu o código de processo civil brasileiro. | | |
| “COFINS” | | | O tributo denominado “*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*”, nos termos da legislação aplicável. | | |
| “Comissão Imobiliária” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (ii) da cláusula 5.2.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Compromisso de Compra e Venda do Imóvel Indianópolis” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (E) deste Termo de Emissão. | | |
| “Comunicação de Vencimento Antecipado” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 10.1.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Condições Base do VGV do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Condições Precedentes da Cessão dos Créditos Imobiliários CVC” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula [=] do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC. | | |
| “Condições Precedentes da Subscrição” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.7.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Cônjuges Anuentes” | | Quando referidas em conjunto e/ou indistintamente, **[=]**, **Simei de Britto Gomes Safatle**, **Adriana de Castro Silveira Pinto** e **[=]**, qualificadas no preâmbulo deste Termo de Emissão, ou quaisquer outras pessoas que venham a sucedê‑las a qualquer título. | |
| “Construtora” | | A pessoa jurídica a ser contratada pela Devedora Pintassilgo para realizar as obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, que poderá ser qualquer uma das seguintes empresas: **(a)** **Tallento Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.858.909/0001-07; **(b) Sinco Engenharia S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.022.073/0001-06; **(c) Barbara Engenharia ou Construtora Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 55.416.358/0001-91; ou **(d)** qualquer prestadora de serviços de engenharia independente eventualmente indicada pela Financiadora para este fim. | |
| “Conta Centralizadora” | | | A conta corrente nº 39671-2, mantida na agência nº 8145 do Itaú Unibanco S.A. (cód. 341), de titularidade da Cessionária, atrelada ao Patrimônio Separado. | | |
| “Conta da Emissora” | | | A conta corrente nº [=], mantida na agência nº [=] do Banco [=] (cód. [=]), de titularidade da Emissora. | | |
| “Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas - Pintassilgo” | | | Conforme eventualmente alterado, o “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”*, a ser celebrado entre os titulares da totalidade das quotas representativas do capital social da Emissora, na qualidade de fiduciantes, e a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de fiduciária, com interveniência anuência da Emissora, para formalização da Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora. | | |
| “Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo” | | | Conforme eventualmente alterado, o “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças”*, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de fiduciante, e a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de fiduciária, para formalização da Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo. | | |
| “Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC” | | | Conforme eventualmente alterado, o *“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças”*, celebrado nesta data entre os Vendedores Indianópolis, na qualidade de cedentes, e a Titular das Notas Comerciais*,* na qualidade de cessionária, com interveniência anuência da Tenerife, da [SPE Indianópolis], dos Avalistas e das Cônjuges Anuentes, para formalização da cessão dos Créditos Imobiliários CVC. | | |
| “Contrato de Cessão Fiduciária - Pintassilgo” | | | Conforme eventualmente alterado, o *“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”*, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de fiduciante, e a Titular das Notas Comerciais*,* na qualidade de fiduciária, para formalização da Cessão Fiduciária - Pintassilgo. | | |
| “Contrato de Construção” | | | O instrumento particular a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de contratante, e a Construtora, na qualidade de contratada, para execução das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, o qual deverá considerar a modalidade de preço máximo garantido. | | |
| “Contrato de Distribuição” | | | Conforme eventualmente alterado, o *“Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 4ª (Quarta) Emissão da Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A.”*, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emissora das Notas Comerciais e a Titular das Notas Comerciais*,* na qualidade de emissora dos CRI e instituição financeira responsável pela distribuição dos CRI, para formalização da distribuição dos CRI. | | |
| “Contratos de Alienação Fiduciária” | | | Quando referidos em conjunto e/ou indistintamente, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora e o Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo. | | |
| “Contratos de Garantias Pintassilgo” | | | Para fins deste Termo de Emissão, quando referidos em conjunto e/ou indistintamente, os Contratos de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária - Pintassilgo. | | |
| “CPF/ME” | | | O Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia da República Federativa do Brasil. | | |
| “Créditos Imobiliários” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (G) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “Créditos Imobiliários CVC” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (G) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “Créditos Imobiliários NC” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (D) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “CRI” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (K) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “Cronograma de Obras” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.5.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Cronograma Indicativo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.5.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “CSLL” | | | O tributo denominado “*Contribuição sobre o Lucro Líquido*”, nos termos da legislação aplicável. | | |
| “Custo de Administração” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no inciso (d) da cláusula 13.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “CVM” | | | A **Comissão de Valores Mobiliários**, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Economia da República Federativa do Brasil responsável por fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários brasileiro. | | |
| “Dados Adquirentes” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (a) da cláusula 5.2.3 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data da Amortização Extraordinária Obrigatória” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.4.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data de Aniversário” | | | Todo o segundo Dia Útil anterior ao dia 15 de cada mês, e caso o dia 15 não seja um Dia Útil, ao primeiro Dia Útil subsequente (exemplo: se para o mês em questão os dias 13, 14 e 15 forem Dias Úteis, a data de Aniversário será o dia 13). Considera-se como mês da atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas. **[Nota PMK: Por favor, validar data]** | | |
| “Data de Emissão” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data de Integralização” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.8 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data de Pagamento das Notas Comerciais” | | | Cada data indicada no **Anexo I** o presente Termo de Emissão, nas quais será realizado um ou mais dos seguintes eventos, conforme aplicável: **(a)** a incorporação da Atualização Monetária no Valor Nominal Unitário ou no saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso; **(b)** a incorporação dos Juros Remuneratórios no Valor Nominal Unitário ou no saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso; **(c)** a amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), em razão da Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos deste Termo de Emissão; e/ou **(d)** o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios, em razão da liquidação total das Notas Comerciais na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer a liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão). | | |
| “Data de Subscrição” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.7 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data de Vencimento” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.6 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data de Verificação” | | | O 5º (quinto) Dia Útil anterior às datas de pagamentos dos CRI após referido mês, sendo utilizado o número índice do IPCA, do segundo mês anterior a data de cálculo. **[Nota PMK: Por favor, validar]** | | |
| “Data do Resgate Antecipado Facultativo Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.2.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.5.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data Efetiva de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (ii) da cláusula 5.2.2.3 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data Prevista de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (a) da cláusula 5.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Data Prevista do Habite-se do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (b) da cláusula 5.2.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Descumprimento do Cronograma de Obras Inicial” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (w) da cláusula 10.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Despesas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 13.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Despesas Extraordinárias” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 13.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Despesas Iniciais” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 13.1.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Destinação dos Recursos” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.5.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Devedora” | | | É a Emissora, na qualidade de devedora dos Créditos Imobiliários CVC. | | |
| “Dia Útil” | | | Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil, ou, ainda, ***exclusivamente no caso de obrigações não pecuniárias***, que também não seja feriado comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. | | |
| “Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.4.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Documentos Comprobatórios” | | | Todos e quaisquer documentos que sejam necessários para a comprovação da Destinação dos Recursos, nos termos deste Termo de Emissão. | | |
| “Documentos da Operação” | | | Os documentos que formalizam e integram a Operação de Securitização, conforme eventualmente alterados, quais sejam: **(a)** o Compromisso de Venda e Compra do Imóvel Indianópolis; **(b)** o Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC; **(c)** o presente Termo de Emissão; **(d)** os Contratos de Garantias Indianópolis (conforme definido no Termo de Securitização); **(e)** os Contratos de Garantia Pintassilgo; **(f)** o Termo de Securitização; **(g)** o Contrato de Distribuição; **(h)** o boletim de subscrição das Notas Comerciais; **(i)** os boletins de subscrição dos CRI, conforme firmados por cada um dos Titulares dos CRI; e **(j)** eventuais demais documentos relativos à Operação de Securitização. | | |
| “Efeito Adverso Relevante” | | | Qualquer mudança adversa relevante **(a)** nas atividades, operações, ativos ou nas condições financeiras da Emissora e/ou de qualquer dos Avalistas; **(b)** que afete os direitos e prerrogativas da Titular das Notas Comerciais estabelecidos no presente Termo de Emissão; **(c)** que possa afetar a capacidade da Emissora e/ou de qualquer dos Avalistas de cumprir com suas respectivas obrigações previstas neste Termo de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação; **(d)** que afete a validade ou exequibilidade de qualquer previsão material estabelecida no presente Termo de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação; ou **(e)** qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Vencimento Antecipado. | | |
| “Emissão das Notas Comerciais” ou “Emissão” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (B) do preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Emissão dos CRI” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (K) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “Emissora” | | | A **[SPE Pintassilgo]**, qualificada no preâmbulo deste Termo de Emissão, ou qualquer outra pessoa que venha a sucedê‑la a qualquer título. | | |
| “Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | O empreendimento de natureza imobiliária, localizado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a ser desenvolvido pela Emissora no Imóvel Pintassilgo. | | |
| “Empresa de Gerenciamento de Obras” | | | A pessoa jurídica a ser contratada pela Emissora para acompanhamento da evolução físico-financeira das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, que poderá ser qualquer uma das seguintes empresas: **(a) MVA Construções e Participações EIRELI**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.139.270/0001-39; **(b) Tallento Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.858.909/0001-07, caso não seja a Construtora; ou **(c)** qualquer prestadora de serviços de engenharia independente eventualmente indicada pela Financiadora para este fim e/ou previamente aprovada pela Titular das Notas Comerciais. | | |
| “Encargos Moratórios” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.9.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Escritura de Emissão de CCI CVC” | | | Conforme eventualmente alterada, a “*Escritura Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real, sob a Forma Escritural”*, a ser celebrada entre a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de emissora, e a Instituição Custodiante, na qualidade de instituição custodiante das CCI CVC. | | |
| “Escritura de Emissão de CCI NC” | | | Conforme eventualmente alterada, a “*Escritura Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real, sob a Forma Escritural”*, a ser celebrada entre a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de emissora, e a Instituição Custodiante, na qualidade de instituição custodiante das CCI NC. | | |
| “Escrituras de Emissão de CCI” | | | Quando referidas em conjunto e/ou indistintamente, a Escritura de Emissão de CCI CVC e a Escritura de Emissão de CCI NC. | | |
| “Escriturador” | | | A instituição financeira contratada pela Emissora para escrituração das Notas Comerciais, qual seja, a **[=]**, instituição financeira, devidamente autorizada a atuar como escriturador de emissões de valores mobiliários nos termos da Resolução CVM 17, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na [=], nº [=], CEP [=], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [=], ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “Escriturador dos CRI” | | | A instituição financeira contratada pela Titular das Notas Comerciais para escrituração dos CRI e operacionalização do pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Titular das Notas Comerciais aos Titulares de CRI, qual seja, a **[=]**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na [=], nº [=], CEP [=], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [=], ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “Evento de Vencimento Antecipado” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 10.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Evento de Vencimento Antecipado Automático” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 10.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Evento de Vencimento Antecipado Não Automático” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 10.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Fernando” | | | O Sr. **Fernando Bruno de Albuquerque**, qualificado no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Avalistas PF” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Fiança Bancária” | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.6 deste Termo de Emissão. | | | |
| “Financiadora” | | A instituição financeira que vier a conceder o Financiamento do Plano Empresário. | | | |
| “Financiamento do Plano Empresário” | | O financiamento necessário para viabilizar a conclusão das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, nos termos do Financiamento do Plano Empresário. | | | |
| “Fundo de Despesas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.5.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Garantias - Pintassilgo” | | | As Alienações Fiduciárias, a Cessão Fiduciária - Pintassilgo, o Aval, a Fiança Bancária e o Fundo de Despesas, quando referidos em conjunto e/ou indistintamente. | | |
| “Imóvel Indianópolis” | | | O imóvel localizado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.000, objeto da matrícula nº 25.839 do RGI Competente, no qual será desenvolvido o Empreendimento Alvo Indianópolis (conforme definido no Termo de Securitização). | | |
| “Imóvel Pintassilgo” | | | Os imóveis localizados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Marquês de Inhambuque, nºs [=] e na Rua Indiaroba, nºs [=], objetos das matrículas nºs 20.266, 20.267, 20.268, 20,684, 60.948, 82.945, 103.498, 114.671, 122.561 e 227.534 do RGI Competente, no qual será desenvolvido o Empreendimento Alvo Pintassilgo. | | |
| “Índice Substituto” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.3.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Instituição Bancária” | | | A instituição bancária na qual as Devedoras deverão realizar a contratação da Fiança Bancária, que poderá ser qualquer uma das seguintes: **(a)** Banco Bradesco S.A.; **(b)** Itaú Unibanco S.A.; **(c) Banco** Santander (Brasil) S.A.; **(d)** Banco Safra S.A.; **(e)** Caixa Econômica Federal; **(f)** Banco do Brasil S.A., ou outra instituição que seja apresentada e aprovada previamente pelos Titulares dos CRI reunidos em Assembleia Especial. | | |
| “Instituição Custodiante” | | | A instituição custodiante das Escrituras de Emissão de CCI nos termos da Lei nº 10.931, qual seja, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, devidamente autorizada a atuar como custodiante de valores mobiliários nos termos da Resolução CVM 32, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ou qualquer outra pessoa que venha a substituí-la ou sucedê-la a qualquer título. | | |
| “Instrução CVM 476” | | | A Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme posteriormente alterada, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados. | | |
| “Investidores Profissionais” | | | Os investidores profissionais, conforme definição constante no artigo 11 da Resolução CVM 30. | | |
| “Investimentos Permitidos” | | | Os seguintes investimentos em que deverão ser aplicados os recursos mantidos na Conta Centralizadora a qualquer título: **(a)** cédulas de depósito bancário; e **(b)** operações compromissadas com liquidez diária emitidas pelo Itaú Unibanco S.A., pelo Banco Bradesco S.A., pelo Banco Santander S.A., pelo Banco do Brasil S.A., ou por outra instituição financeira previamente aprovada pela Titular das Notas Comerciais. | | |
| “IPCA” | | | O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). | | |
| “IRRF” | | | O tributo denominado “*Imposto de Renda Retido na Fonte*”, nos termos da legislação aplicável. | | |
| “ISS” | | | O tributo denominado “*Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza*”, nos termos da legislação aplicável. | | |
| “JUCESP” | | | A **Junta Comercial do Estado de São Paulo**, perante a qual deverão ser arquivados os atos societários da Emissora e da Lote 5. | | |
| “Juros Remuneratórios” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.4.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Legislação Socioambiental” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no inciso (l) da cláusula 8.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Lei das Sociedades por Ações” | | | A Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre as sociedades por ações. | | |
| “Lei de Registros Públicos” | | | A Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. | | |
| “Lei nº 9.514” | | | A Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e a securitização de créditos imobiliários, dentre outras providências. | | |
| “Lei nº 10.931” | | | A Lei Federal nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias e institui a letra de crédito imobiliário, a cédula de crédito imobiliário e a cédula de crédito bancário, dentre outras providências. | | |
| “Lei nº 14.195” | | | A Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que institui a nota comercial, dentre outras providências. | | |
| “Lei nº 14.430” | | | A Lei Federal nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de certificados de recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários, dentre outras providências. | | |
| “LGPD” | | | A Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. | | |
| “Lote 5” | | | A **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.**, qualificada no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Luiz Roberto” | | | O Sr. **Luiz Roberto Horst Silveira Pinto**, qualificado no preâmbulo deste Termo de Emissão. |
| “Memorial Descritivo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.5.4 deste Termo de Emissão. | | |
| “Normas Anticorrupção” | | | As normas relativas a atos de corrupção em geral, nacionais e estrangeiras, incluindo, conforme aplicáveis, mas não se limitando a: **(a)** o Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, conforme posteriormente alterado, que instituiu o código penal brasileiro; **(b)** a Lei Federal nº 12.846, de 1ºº de agosto de 2013, conforme posteriormente alterada, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, dentre outras providências; **(c)** o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 (FCPA)*, conforme posteriormente alterado, norma federal dos Estados Unidos da América que dispõe sobre práticas de corrupção no exterior; e **(d)** *UK Bribery Act 2010 (UKBA),* norma de abrangência em todo o Reino Unido que dispõe sobre práticas de corrupção. | | |
| “Normas Antilavagem de Dinheiro” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no inciso (k) da cláusula 8.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Notas Comerciais” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (B) do preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Obrigações da Operação de Securitização” | | | Todas e quaisquer obrigações, pecuniárias ou não, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora perante a Titular das Notas Comerciais e/ou a Tenerife e a [SPE Indianópolis] perante a Cessionária (conforme definido no Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC), o Agente Fiduciário dos CRI e/ou os Titulares dos CRI, nos termos dos Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** o pagamento dos Créditos Imobiliários, abrangendo seu valor principal, atualização monetária, juros remuneratórios e respectivos acessórios, tais como prêmios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais com relação à Emissão das Notas Comerciais e à Cessão dos Créditos Imobiliários CVC; **(b)** o pagamento ou reembolso, conforme o caso, das despesas da Operação de Securitização, nos termos dos Documentos da Operação; e, ainda, **(c)** todo e qualquer custo, despesa, encargo ou importância a ser pago ou reembolsado pela Emissora, conforme o caso, relacionado à constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias Indianópolise das Garantias Pintassilgo, incluindo montantes que a Titular das Notas Comerciais, o Agente Fiduciário dos CRI e/ou qualquer dos Titulares dos CRI venham a desembolsar por conta da ou em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à excussão das Garantias ou à salvaguarda dos seus direitos e prerrogativas decorrentes dos Documentos da Operação. | | |
| “Oferta Restrita dos CRI” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (L) do preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Ofício Circular CVM/SRE 01/2021” | | | O Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE, expedido pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM em 1º de março de 2021. | | |
| “Operação de Securitização” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (K) do preâmbulo deste Contrato. | | |
| “Parcela Ajustada do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.2.2.3 deste Termo de Emissão. | | |
| “Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.2.2.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Patrimônio Separado” | | | O patrimônio constituído, após a instituição do Regime Fiduciário, pelos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, pelos recursos mantidos nos Investimentos Permitidos e pelas respectivas Garantias, os quais, nos termos da Lei nº 14.430: **(a)** constituem patrimônio destacado do patrimônio da Titular das Notas Comerciais; **(b)** serão mantidos apartados do patrimônio da Titular das Notas Comerciais até que complete o resgate da totalidade dos CRI; **(c)** serão destinados exclusivamente à liquidação dos CRI a que estão afetados, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais, inclusive tributos de qualquer natureza, vigentes ou que venham a ser instituídos ao longo do prazo do CRI, que tenham como base de cálculo eventuais ganhos apurados pelo Patrimônio Separado; **(d)** estão isentos de qualquer ação ou execução promovida por outros credores da Titular das Notas Comerciais que não sejam os Titulares dos CRI; **(e)** não são passíveis de constituição de outras garantias ou de excussão por quaisquer credores da Titular das Notas Comerciais, por mais privilegiados que sejam; e **(f)** só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI a que estão afetados. | | |
| “Período de Capitalização” | | | **(i)** para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento das Notas Comerciais, exclusive, e **(ii)** para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia Data de Pagamento das Notas Comerciais imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento das Notas Comerciais em referência, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento (ou a data de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão). | | |
| “PIS” | | | O tributo denominado “*Contribuição ao Programa de Integração Social*”, nos termos da legislação aplicável. | | |
| “Prazo para Atendimento das Condições Precedentes da Subscrição” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.7.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Preço de Integralização” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.8 deste Termo de Emissão. | | |
| “Preço de Subscrição” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.1.7 deste Termo de Emissão. | | |
| “Recomposição do Fundo de Despesas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.5.1.2 deste Termo de Emissão. | |
| “Reestruturação” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 13.3.1.1 deste Termo de Emissão. | |
| “Regime Fiduciário” | | | O regime fiduciário a ser instituído pela Titular das Notas Comerciais sobre os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, a Conta Centralizadora, os recursos mantidos nos Investimentos Permitidos e as Garantias, nos termos da Lei nº 14.430. | | |
| “Relatório(s) de Acompanhamento de Obras” | | | Os relatórios técnicos periódicos de acompanhamento da evolução física das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, a serem elaborados mensalmente, a partir do início das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, pela Empresa de Gerenciamento de Obras. | |
| “Relatório Mensal de Vendas das Unidades Autônomas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.2.3 deste Termo de Emissão. | |
| “Resgate Antecipado Facultativo Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.2.1 deste Termo de Emissão. | |
| “Resgate Antecipado Obrigatório Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.5.1 deste Termo de Emissão. | |
| “Resolução CVM 17” | | | A Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre o exercício da função de agente fiduciário. | |
| “Resolução CVM 30” | | | A Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente. | |
| “Resolução CVM 32” | | | A Resolução da CVM nº 32, de 19 de maio de 2021, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários. |
| “Resolução CVM 60” | | | A Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme posteriormente alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM. |
| “RET Incidente” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (ii) da cláusula 5.2.2.2 deste Termo de Emissão. | |
| “RGI Competente” | | | O 14º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, ou qualquer outro ofício de registro de imóveis que venha a substituí-lo como competente para registro da matrícula do Imóvel Pintassilgo. | | |
| “Ricardo” | | | O Sr. **Ricardo Setton**, qualificado no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “RS da Emissora” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “RS da Lote 5” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1.1 deste Termo de Emissão. | | |
| “Sócios Controladores Finais da Emissora” | | | São, em conjunto e/ou individualmente, as pessoas naturais que, na presente data, configuram os sócios controladores finais da Emissora, ou qual(is)quer outra(s) pessoa(s) que venha(m) a sucedê-lo(s) a qualquer título. | | |
| “Adriana” | | | A Sra. **Adriana de Castro Silveira Pinto**, qualificada no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Simei” | | | A Sra. **Simei de Britto Gomes Safatle**, qualificada no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Tenerife” | | | A **Tenerife Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, qualificada no considerando (E) deste Termo de Emissão, ou qualquer outra pessoa que venha a sucedê‑la a qualquer título. | | |
| “Termo de Emissão” | | | O presente instrumento, conforme definido no preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Termo de Securitização” | | | Conforme eventualmente alterado, o *“Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 4ª Emissão da Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela [Tenerife Empreendimentos Imobiliários Ltda. / SPE* Indianópolis*] e pela [SPE Pintassilgo]*”, a ser celebrado entre a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de companhia securitizadora, e o Agente Fiduciário dos CRI, na qualidade de representante dos Titulares dos CRI. | | |
| “Thomas” | | | O Sr. **Thomas Marc Elmar Mrozek**, qualificado no considerando (E) deste Termo de Emissão. | | |
| “TIR Alvo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no subitem (b) da cláusula 5.5.7 deste Termo de Emissão. | | |
| “Titular das Notas Comerciais” | | | A **Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A.**, qualificada no preâmbulo deste Termo de Emissão, ou qualquer outra pessoa que venha a sucedê‑la a qualquer título. | | |
| “Titulares dos CRI” | | | Os investidores subscritores e detentores dos CRI, conforme o caso. | | |
| “Tributos” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.7.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Unidades Autônomas” | | | Cada unidade imobiliária autônoma do Empreendimento Alvo Pintassilgo. | | |
| “Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.4.1.2 deste Termo de Emissão. | | |
| “Valor de Vencimento Antecipado” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 10.3.1 deste Termo de Emissão. | |
| “Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.2.1.2 deste Termo de Emissão. | |
| “Valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 7.5.1.2 deste Termo de Emissão. | |
| “Valor Mínimo do Fundo de Despesas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.5.1.2 deste Termo de Emissão. | |
| “Valor Total do Fundo de Despesas” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 6.5.1 deste Termo de Emissão. | |
| “Valor Nominal Total” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (B) do preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Valor Nominal Unitário” | | | Tem o significado que lhe é atribuído no considerando (B) do preâmbulo deste Termo de Emissão. | | |
| “Valor Nominal Unitário Atualizado” | | | O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido das parcelas de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios incorporadas ao principal em cada Data de Pagamento das Notas Comerciais, nos termos do **Anexo I** deste Termo de Emissão. | | |
| “Vendedores Indianópolis” | | | Quando referidos em conjunto e/ou indistintamente, **Christina Helene Monica Wenninger-Mrozek** e **Thomas Marc Elmar Mrozek**, qualificados no considerando (E) deste Termo de Emissão. | | |
| “VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo” | | | Tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 5.2.2.2 deste Termo de Emissão. | | |

* 1. As seguintes regras deverão ser aplicadas na interpretação deste Termo de Emissão, exceto se de outra forma expressamente indicado:

1. sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Termo de Emissão aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa;
2. os termos “*inclusive*” e “*incluindo*”, e outros termos semelhantes, serão interpretados como se estivessem acompanhados da expressão “*mas não se limitando a*”;
3. os títulos das cláusulas aqui contidos têm caráter meramente referencial, sendo assim irrelevantes para a interpretação ou análise do teor deste Termo de Emissão;
4. os anexos são incorporados a este Termo de Emissão, e devem ser considerados como parte integrante deste Termo de Emissão, como se nele escritos. Referências como “*este Termo de Emissão*”, “*este instrumento*” e palavras como “*aqui*” ou “*neste(a)*” ou palavras no mesmo sentido se referem a este Termo de Emissão, incluindo seus anexos, como um todo;
5. as referências a disposições legais devem ser interpretadas como referências a essas disposições, tais como alteradas, ampliadas, consolidadas ou reeditadas, ou conforme sua aplicação seja alterada periodicamente por outras normas;
6. as referências a quaisquer documentos ou instrumentos significam uma referência a tais documentos ou instrumentos da maneira que se encontrem em vigor, conforme aditados e/ou modificados, e incluem todos os respectivos anexos, aditivos, substituições, consolidações e complementações;
7. referências a cláusulas e anexos significam cláusulas e anexos do presente Termo de Emissão; e
8. todas as referências a pessoas incluem seus sucessores, herdeiros, beneficiários e cessionários a qualquer título.
   * + - 1. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma neste Termo de Emissão terão o significado a eles atribuído nos demais Documentos da Operação.
         2. Igualmente, os termos constantes deste Termo de Emissão não expressamente aqui definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência deste Termo de Emissão, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, deverão ser compreendidos e interpretados conforme significado a eles atribuídos nos demais Documentos da Operação.
         3. Em caso de conflito entre as definições contidas neste Termo de Emissão e aquelas contidas nos demais Documentos da Operação, prevalecerão, para fins exclusivos deste Termo de Emissão, as definições aqui estabelecidas.
         4. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 1.2.2 e 1.2.3 acima, as Partes, neste ato, reconhecem e concordam que este Termo de Emissão integra um conjunto de documentos que compõem a estrutura jurídica da Operação de Securitização. Neste sentido, qualquer conflito em relação à interpretação das obrigações das Partes neste instrumento deverá ser solucionado levando em consideração uma análise sistemática de todos os Documentos da Operação.
9. CLÁUSULA SEGUNDA  
   AUTORIZAÇÕES E OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

* 1. **Autorizações da Emissora**
     + - 1. A presente Emissão, nos termos deste Termo de Emissão, será realizada com base na reunião de sócios da Emissora realizada em [=] de setembro de 2022 (“RS da Emissora”), na qual foram deliberadas, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195 e nos termos do contrato social da Emissora, dentre outras matérias:

1. a aprovação da Emissão das Notas Comerciais, bem como de seus termos e condições;
2. a aprovação da prestação, pela Emissora, das Garantias aplicáveis; e
3. a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas, praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RS da Emissora, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a este Termo de Emissão e contratar os prestadores de serviços necessários no âmbito da Operação de Securitização.
   1. **Autorizações dos Avalistas**
      * + 1. A prestação do Aval (conforme definido abaixo), nos termos deste Termo de Emissão, pela Lote 5, será realizada com base nas deliberações da reunião de sócios da Lote 5 realizada em [=] de setembro de 2022 (“RS da Lote 5”), em conformidade com o contrato social da Lote 5.
          2. A prestação do Aval, nos termos deste Termo de Emissão, pelos Avalistas PF, independe de qualquer aprovação legal, exceto pela outorga uxória expressa de suas respectivas cônjuges, nos termos do artigo 1.647 do Código Civil, sendo certo que cada as Cônjuges Anuentes, neste ato, expressamente, autorizam e concordam com a prestação do Aval por seus respectivos cônjuges, sendo certo que todas as Cônjuges Anuentes foram qualificadas no preâmbulo deste Termo de Emissão, bem como foram devidamente identificadas na respectiva página de assinaturas.
   2. **Objeto Social da Emissora**
      * + 1. De acordo com o contrato social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende [=] (CNAE [=]).
4. CLÁUSULA TERCEIRA  
   REQUISITOS DA EMISSÃO
   1. **Arquivamento da Ata da RS da Emissora na JUCESP**

* + - * 1. A ata da RS da Emissora deverá ser devidamente arquivada na JUCESP, sendo certo que, para atendimento ao disposto nesta cláusula, as Partes concordam que a referida ata deverá ser protocolada perante a JUCESP previamente à Data de Subscrição.

A Emissora envidará seus melhores esforços para obter o arquivamento da ata da RS da Emissora na JUCESP no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data protocolo, podendo o referido prazo de registro ser prorrogado automaticamente pelo prazo concedido pela JUCESP ou, em sua ausência, por um prazo adicional de 30 (trinta) dias, caso a Emissora comprove que está em processo de cumprimento de eventuais exigências que venham a ser formuladas pela JUCESP.

A Emissora deverá enviar à Titular das Notas Comerciais, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, 1 (uma) via eletrônica (*.pdf*) da ata da RS da Emissora devidamente registrada na JUCESP, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da obtenção do referido registro.

* 1. **Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA**
     + - 1. As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores e sem a interveniência de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, razão pela qual a Emissão não será objeto de registro perante a CVM ou a ANBIMA.
  2. **Dispensa de Registro ou Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
     + - 1. Por tratarem-se as Notas Comerciais de títulos de crédito objeto de colocação privada, estas não serão objeto de registro ou depósito para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, de forma que, nos termos do artigo 51 da Lei nº 14.195, as Notas Comerciais serão objeto de escrituração em sistema que atenda aos seguintes requisitos:

1. comprovação da observância de padrões técnicos adequados, em conformidade com os Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro do *Bank for International Settlements* (BIS), inclusive no que diz respeito à segurança, à governança e à continuidade de negócios;
2. garantia de acesso integral às informações mantidas por si ou por terceiros por elas contratados para realizar atividades relacionadas com a escrituração;
3. garantia de acesso amplo a informações claras e objetivas aos participantes do mercado, sempre observadas as restrições legais de acesso a informações; e
4. observância de requisitos e emprego de mecanismos que assegurem a interoperabilidade com os demais sistemas de escrituração autorizados pela CVM.
   1. **Arquivamento da Ata da RS da Lote 5 na JUCESP**
      * + 1. Em razão da prestação do Aval, a ata da RS da Lote 5 deverá ser devidamente arquivada na JUCESP, sendo certo que, para atendimento ao disposto nesta cláusula, as Partes concordam que as referidas atas deverão ser protocoladas perante a JUCESP previamente à Data de Subscrição.

A Lote 5 envidará seus melhores esforços para obter o arquivamento da ata da RS da Lote 5 na JUCESP no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data protocolo, podendo o referido prazo de registro ser prorrogado automaticamente pelo prazo concedido pela JUCESP ou, em sua ausência, por um prazo adicional de 30 (trinta) dias, caso a Lote 5 comprove que está em processo de cumprimento de eventuais exigências que venham a ser formuladas pela JUCESP.

A Lote 5 deverá enviar à Titular das Notas Comerciais, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, 1 (uma) via eletrônica (*.pdf*) da ata da RS da Lote 5 devidamente registrada na JUCESP, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data da obtenção do referido registro.

* 1. **Registro deste Termo de Emissão e Averbação de Eventuais Aditamentos no Competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos**
     + - 1. Em razão da prestação do Aval, este Termo de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser devidamente registrados (e averbados à margem do registro principal, no caso dos aditamentos) no[s] Cartório[s] de RTD, em conformidade com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei de Registros Públicos.

A Emissora compromete-se a **(a)** em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da assinatura do presente Termo de Emissão e de seus eventuais aditamentos, enviar ao Agente Fiduciário dos CRI 1 (uma) via eletrônica (*.pdf*) do comprovante do respectivo protocolo de registro no[s] Cartório[s] de RTD; **(b)** atender a eventuais exigências formuladas pelo[s] Cartório[s] de RTD de forma tempestiva; e **(c)** enviar ao Agente Fiduciário dos CRI 1 (uma) via física ou eletrônica deste Termo de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados no[s] Cartório[s] de RTD, em cada caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento ou registro.

A Emissora envidará seus melhores esforços para obter o registro deste Termo de Emissão (e averbação à margem do registro principal, no caso de eventuais aditamentos) no[s] Cartório[s] de RTD no prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva data protocolo, podendo o referido prazo de registro ser prorrogado automaticamente pelo prazo concedido pelo[s] Cartório[s] de RTD, caso a Emissora comprove que está em processo de cumprimento de eventuais exigências que venham a ser formuladas pelo[s] Cartório[s] de RTD.

1. CLÁUSULA QUARTA  
   CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO
   1. **Número da Emissão**
      * + 1. A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão privada de notas comerciais da Emissora.
   2. **Valor Total da Emissão**
      * + 1. O valor total da Emissão é de R$ [=] ([=]) na Data de Emissão.
   3. **Número de Séries**
      * + 1. A Emissão será realizada em série única.
   4. **Colocação e Negociação**
      * + 1. As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, fora do âmbito da B3 ou qualquer outro ambiente de distribuição ou negociação, sendo certo que as Notas Comerciais que forem objeto de colocação serão integralizadas exclusivamente pela Titular das Notas Comerciais, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e que a Emissão das Notas Comerciais não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral.
          2. As Notas Comerciais não serão registradas ou depositadas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários, sendo expressamente vedada a negociação das Notas Comerciais em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado ou não organizado.
          3. Eventuais transferências de titularidade das Notas Comerciais serão realizadas e registradas perante o Escriturador.

* 1. **Destinação dos Recursos**
     + - 1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da emissão das Notas Comerciais serão destinados, integral e exclusivamente, pela Emissora, para arcar com os gastos, custos e despesas de natureza imobiliária direta e indiretamente relacionados à aquisição do Imóvel Pintassilgo, conforme cronograma indicativo previsto no **Anexo II** ao presente Termo de Emissão (“Destinação dos Recursos”).

Será vedada a utilização dos recursos captados pela Emissora com a Emissão das Notas Comerciais para qualquer finalidade diversa daquela expressa na cláusula 4.5.1 acima, sob pena de configuração de Evento de Vencimento Antecipado.

* + - * 1. A Emissora deverá alocar os recursos líquidos da Destinação dos Recursos até a Data de Vencimento dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização). Em caso de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações dela decorrentes ou, ainda, do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão, a Emissora permanecerá obrigada, até a Data de Vencimento dos CRI ou até que se comprove a aplicação da totalidade dos recursos líquidos captados por meio da presente Emissão, o que ocorrer primeiro, a: **(i)** aplicar os recursos líquidos obtidos por meio da presente Emissão conforme a Destinação dos Recursos; e **(ii)** prestar contas ao Agente Fiduciário dos CRI acerca da destinação de recursos e seu *status*, nos termos deste Termo de Emissão, incluindo o pagamento devido ao Agente Fiduciário dos CRI, tendo em vista a continuidade da obrigação deste com relação à verificação da Destinação dos Recursos.

A Emissora estima, nesta data, que a Destinação dos Recursos ocorrerá conforme cronograma estabelecido, de forma indicativa e não vinculante, no **Anexo II** deste Termo de Emissão (“Cronograma Indicativo”), sendo que, caso necessário, a Emissora poderá destinar os recursos provenientes deste Termo de Emissão em datas diversas das previstas no Cronograma Indicativo, observada a obrigação da Emissora de realizar a integral destinação de recursos até a Data de Vencimento dos CRI ou até que a Emissora comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro. Por se tratar de cronograma tentativo e indicativo, se, por qualquer motivo, ocorrer qualquer atraso ou antecipação do Cronograma Indicativo, **(i)** não será necessário notificar o Agente Fiduciário dos CRI, tampouco será necessário aditar este Termo de Emissão ou quaisquer outros Documentos da Operação, e **(ii)** não será configurada qualquer hipótese de vencimento antecipado deste Termo de Emissão e nem dos CRI, desde que a Emissora comprove a integral destinação de recursos até a Data de Vencimento dos CRI.

Para fins de comprovação da Destinação dos Recursos, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário dos CRI, com cópia para a Titular das Notas Comerciais, semestralmente, em até 15 (quinze) dias após o encerramento dos semestres fiscais findos em junho e dezembro e até a comprovação da alocação do total recursos líquidos da Emissão, relatório nos termos do modelo constante do **Anexo III** (“Relatório de Destinação”), acompanhado dos Relatórios de Acompanhamento de Obras, conforme aplicável, e do cronograma de obras referente ao Empreendimento Alvo Pintassilgo (“Cronograma de Obras”) do respectivo semestre, conforme aplicável.

Adicionalmente ao disposto na cláusula 4.5.2.2 acima, sempre que razoavelmente solicitado por escrito por qualquer autoridade, pela CVM, Receita Federal do Brasil ou de qualquer outro órgão regulador decorrente de solicitação ao Agente Fiduciário dos CRI e/ou à Titular das Notas Comerciais, para fins de atendimento das obrigações legais e exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, a Emissora deverá enviar cópias das notas fiscais ou notas fiscais eletrônicas e de seus arquivos no formato “*XML*” de autenticação das notas fiscais (conforme o caso), comprovando os pagamentos e/ou demonstrativos contábeis que demonstrem a correta destinação dos recursos, atos societários, comprovantes, pedidos e demais Documentos Comprobatórios que julgar necessário para acompanhamento da utilização dos recursos oriundos das Notas Comerciais.

O Agente Fiduciário dos CRI deverá verificar, ao longo do prazo de duração dos CRI, o direcionamento de todos os recursos obtidos por meio da presente Emissão, a partir do Relatório de Destinação, do Relatório de Acompanhamento de Obras e do Cronograma de Obras, bem como dos demais Documentos Comprobatórios que entender necessários. O Agente Fiduciário dos CRI deverá envidar seus melhores esforços para obter a documentação necessária a fim de proceder com a verificação da destinação de recursos oriundos deste Termo de Emissão.

* + - * 1. A Emissora declara e garante, para os devidos fins, quenão participou e não tem conhecimento de qualquer outra operação envolvendo a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, lastreados em dívidas da Emissora e/ou de quaisquer sociedades controladoras, controladas e/ou coligadas à Emissora, tendo por objeto o financiamento de gastos, custos e/ou despesas relacionados ao desenvolvimento do Empreendimento Alvo Pintassilgo.
        2. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula 4.5, a Emissora declara e garante que as obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo serão executadas considerando as normas específicas para os empreendimentos de mesma natureza do Empreendimento Alvo Pintassilgo, conforme plantas, especificações, cronograma físico, cronograma financeiro, respectivas aprovações nos órgãos competentes e no memorial descritivo a ser elaborado (“Memorial Descritivo”), os quais deverão ser entregues aos Titulares dos CRI, com cópia à titular das Notas Comerciais, previamente à data de integralização dos CRI.
        3. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário dos CRI e/ou a Titular das Notas Comerciais assumirão que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos que eventualmente sejam encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração, não cabendo a estes a responsabilidade por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras dos eventuais documentos enviados pela Emissora, tais como notas fiscais, faturas e/ou comprovantes de pagamento e/ou demonstrativos contábeis da Emissora, objeto da Destinação dos Recursos, ou ainda qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações acerca da Destinação dos Recursos.

A Emissora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar os titulares de CRI, o Agente Fiduciário dos CRI e a Titular das Notas Comerciais, conforme o caso, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) que vierem a, comprovadamente, incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das Notas Comerciais de forma diversa da estabelecida nesta cláusula 4.5.1, exceto em caso de comprovada fraude, dolo ou má-fé dos titulares de CRI, do Agente Fiduciário dos CRI e/ou da Titular das Notas Comerciais.

**4.5.6.1.1** O valor da indenização prevista na cláusula 4.5.5.1 acima está limitado, em qualquer circunstância, ao Valor Total da Emissão, acrescido **(a)** da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até o efetivo pagamento; **(b)** dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até o efetivo pagamento; e **(c)** dos Encargos Moratórios, caso aplicável.

* 1. **Vinculação à Emissão de CRI**
     + - 1. As Notas Comerciais serão vinculadas como lastro aos CRI, sendo certo que os CRI serão objeto da Oferta Restrita dos CRI, nos termos da Instrução CVM 476, de modo que os Créditos Imobiliários NC serão vinculados aos CRI até os respectivos vencimentos e até que se complete a consequente liquidação integral destes.

As Partes se comprometem a não onerar, de qualquer maneira, e não agir de forma que possibilite a modificação de qualquer característica dos Créditos Imobiliários NC, e reconhecem que, para consecução da Operação de Securitização, é essencial que os Créditos Imobiliários NC permaneçam com suas características originais, estabelecidas neste Termo de Emissão, sendo certo que eventual alteração dessas características poderá interferir no lastro dos CRI.

Durante a vigência dos CRI, os pagamentos dos Créditos Imobiliários NC serão depositados diretamente na Conta Centralizadora.

Os pagamentos recebidos da Emissora em relação aos Créditos Imobiliários NC serão computados e integrarão o lastro dos CRI até sua data da liquidação integral.

Todos e quaisquer recursos relativos aos pagamentos dos Créditos Imobiliários NC e à Conta Centralizadora serão expressamente vinculados aos CRI por força do Regime Fiduciário, a ser constituído pela Titular das Notas Comerciais em conformidade com o Termo de Securitização, não estando sujeitos a qualquer tipo de retenção, desconto ou compensação com ou em decorrência de outras obrigações da Titular das Notas Comerciais. Neste sentido, os Créditos Imobiliários NC, a Conta Centralizadora e as Garantias:

1. constituem o Patrimônio Separado, que não se confunde com o patrimônio da Titular das Notas Comerciais;
2. manter-se-ão apartados do patrimônio da Titular das Notas Comerciais até que se complete o resgate da totalidade dos CRI;
3. destinam-se exclusivamente à liquidação dos CRI, bem como ao pagamento dos respectivos custos e obrigações fiscais nos termos do Termo de Securitização;
4. estão isentos de qualquer ação ou execução promovida por credores da Titular das Notas Comerciais;
5. não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer credores da Titular das Notas Comerciais, por mais privilegiados que sejam, e só responderão, exclusivamente, pelas obrigações inerentes aos CRI, ressalvando-se, no entanto, eventual aplicação do artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e
6. só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI a que estão afetados.

Em decorrência do estabelecido neste Termo de Emissão, a Emissora declara seu conhecimento de que a B3, a CVM e/ou ainda qualquer outra entidade reguladora ou autorreguladora em que os CRI venham a ser registrados, distribuídos e/ou negociados poderá fazer exigências relacionadas com a Emissão dos CRI, hipótese em que a Emissora se compromete a colaborar com a Titular das Notas Comerciais e com o Agente Fiduciário dos CRI para sanar os eventuais vícios existentes, no prazo concedido pela B3, pela CVM e/ou ainda qualquer outra entidade nos termos desta cláusula, conforme venha a ser solicitado pela Titular das Notas Comerciais e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRI.

Por força da vinculação das Notas Comerciais aos CRI, fica, desde já, estabelecido que a Titular das Notas Comerciais deverá manifestar-se conforme orientação deliberada pelos Titulares dos CRI, após a realização de uma Assembleia Especial de Titulares dos CRI, nos termos do Termo de Securitização.

* 1. **Condições Precedentes da Subscrição**
     + - 1. A subscrição das Notas Comerciais, pela Titular das Notas Comerciais, e a correspondente integralização das Notas Comerciais e liberação de recursos à Emissora, observadas as retenções previstas na cláusula 4.7.1.1 abaixo, será realizada após o atendimento das seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes da Subscrição”), que estão sujeitas a verificação e/ou dispensa pela Titular das Notas Comerciais:

verificação, pela Titular das Notas Comerciais, na qualidade de cessionária dos Créditos Imobiliários CVC, do atendimento (ou dispensa, conforme o caso) tempestivo de todas as Condições Precedentes da Cessão Indianópolis (conforme definido no Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC);

perfeita formalização da ata de RS da Emissora, entendendo-se, como tal, sua assinatura, bem como a verificação dos poderes dos signatários;

perfeita formalização da ata de RS da Lote 5, entendendo-se, como tal, sua assinatura, bem como a verificação dos poderes dos respectivos signatários;

comprovação do protocolo da ata de RS da Emissora perante a JUCESP;

comprovação do protocolo da ata de RS da Lote 5 perante a JUCESP;

contratação, pelas Devedoras, da Fiança Bancária, nos moldes estabelecidos na cláusula 6.6 deste Termo de Emissão;

subscrição e integralização dos CRI por um ou mais dos Investidores Profissionais acessados no âmbito da Oferta Restrita dos CRI, nos termos dos Documentos da Operação, no montante necessário para a integralização das Notas Comerciais;

não ocorrência de fato que altere de forma relevante as condições operacionais e/ou financeiras da Emissora e/ou de qualquer dos Avalistas;

não ocorrência de mudanças legais, regulatórias, tributárias e/ou de força maior que afetem as principais características dos títulos e valores mobiliários objeto da Operação de Securitização;

não ocorrência de alteração nas condições do mercado financeiro e de capitais, tanto no Brasil quanto no exterior, assim como qualquer alteração de ordem política e/ou reputacional da Emissora e/ou dos Avalistas, que possam afetar as condições de mercado e as perspectivas com relação à Operação de Securitização;

não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e/ou mora, inadimplemento ou descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nos Documentos da Operação; e

cumprimento, em todos os aspectos materiais, pela Emissora, pelos Avalistas e/ou por qualquer de suas respectivas Afiliadas, conforme aplicável, das leis, regulamentos, normas administrativas, regras de autorregulação e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, desde que aplicáveis à condução de seus negócios, em especial as Normas Anticorrupção, Normas Antilavagem de Dinheiro, Legislação Socioambiental e LGPD.

O não cumprimento das Condições Precedentes da Subscrição em até 60 (sessenta) dias a contar da Data de Emissão (“Prazo para Atendimento das Condições Precedentes da Subscrição”) acarretará o cancelamento da Emissão e das Notas Comerciais, bem como a rescisão automática dos Documentos da Operação sem ônus para as respectivas Partes, sem prejuízo da obrigação da Emissora de, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação da Titular das Notas Comerciais neste sentido, pagar ou reembolsar, conforme o caso, a Titular das Notas Comerciais por todos os custos e despesas efetivamente incorridos pela Titular das Notas Comerciais até a data da rescisão.

Observado o disposto na cláusula 4.7.1.1 acima, as Partes estabelecem que o Prazo para Atendimento das Condições Precedentes da Subscrição poderá ser prorrogado por um prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias, a exclusivo critério da Titular das Notas Comerciais.

1. CLÁUSULA QUINTA  
   CARACTERÍSTICAS DAS NOTAS COMERCIAIS
   1. **Características Básicas**
      * + 1. Local de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais é o Município de São Paulo, Estado de São Paulo.
          2. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Notas Comerciais será o dia [=] de setembro de 2022 (“Data de Emissão”).
          3. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais não serão conversíveis em quotas ou qualquer outro título ou ativo representativo de participação societária na Emissora, e serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada por extrato emitido pelo Escriturador.
          4. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R$ [=] ([=]), na Data de Emissão.
          5. Quantidade de Notas Comerciais: Serão emitidas [=] ([=]) Notas Comerciais.
          6. Prazo e Data de Vencimento: As Notas Comerciais terão prazo de [=] ([=]) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [=] de [=] de 20[=] (“Data de Vencimento”), ressalvada a possibilidade de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão.
          7. Preço e Forma de Subscrição: As Notas Comerciais serão subscritas pela Titular das Notas Comerciais em uma única data, **(i)** na data do cumprimento (ou dispensa, conforme o caso) de todas as Condições Precedentes da Subscrição, caso a verificação seja concluída até as 16h00 (inclusive); ou **(ii)** no Dia Útil imediatamente subsequente à data do cumprimento (ou dispensa, conforme o caso) de todas as Condições Precedentes da Subscrição, caso a verificação seja concluída após as 16h00 (“Data de Subscrição”), mediante assinatura pela Titular das Notas Comerciais do boletim de subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”).
          8. Prazo e Forma de Integralização:Observadoo prazo máximo de integralização de 24 (vinte e quatro) meses contados da presenta data, a integralização das Notas Comerciais será realizada à vista, na data da subscrição das Notas Comerciais (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição (“Preço de Integralização”), por meio de Transferência Eletrônica Disponível (“TED”), ou outra forma de transferência bancária de liquidez imediata, para a Conta da Emissora, observado, em todo caso, a retenção de recursos para constituição do Fundo de Despesas, nos termos da cláusula 5.1.8.1 abaixo.

O valor total da integralização de Notas Comerciais, considerando eventual ágio ou deságio da integralização dos CRI, será transferido para a Conta da Emissora nos termos da cláusula 5.1.8 acima, deduzidos: **(a)** o valor equivalente a R$ [=] ([=]), referente às Despesas Iniciais; e **(b)** o valor equivalente a R$ [=] ([=]), referente à composição do Fundo de Despesas.

* 1. **Empreendimento Alvo Pintassilgo**
     + - 1. Acompanhamento das Obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo. Durante toda a vigência das Notas Comerciais e enquanto as obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo estiverem em andamento, a Empresa de Gerenciamento de Obras deverá ser responsável pelo acompanhamento da evolução físico-financeira das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, bem como deverá se obrigar, nos termos do respectivo instrumento de contratação a, no mínimo: **(a)** apresentar relatório mensal com os resultados da vistoria e sugestões que lhe parecerem necessárias para prevenir ou corrigir deficiências ou irregularidades; **(b)** comparar as atividades previstas no cronograma físico-financeiro das obras disponibilizado pela Emissora e as atividades efetivamente executadas durante o período, certificando-se de que estas estão sendo executadas conforme projetos, Memorial Descritivo, orçamentos e demais documentos apresentados pela Emissora; **(d)**acompanhar a viabilidade de conclusão do Empreendimento Alvo Pintassilgo no prazo e condições informados pela Emissora quando da celebração do respectivo instrumento de contratação da Empresa de Gerenciamento de Obras; **(e)** efetuar as medições das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo executadas; e **(f)** verificar, se necessário e viável, eventuais questões socioambientais relativas ao Empreendimento Alvo Pintassilgo.
         2. Comercialização das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo. As Partes reconhecem e concordam que a Operação de Securitização assegurará aos Titulares dos CRI participação no valor geral de vendas do Empreendimento Alvo Pintassilgo, nos termos da cláusula 5.5 abaixo, sendo certo que, visando a definir o montante mínimo dos Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo a ser destinado à Operação de Securitização, as Partes levaram em consideração as seguintes condições base (em conjunto, “Condições Base do VGV do Empreendimento Alvo Pintassilgo”):
     1. a data de lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo, estimada para ocorrer até 31 de julho de 2023 (“Data Prevista de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo”);
     2. a data de emissão do “*habite-se*” do Empreendimento Alvo Pintassilgo, estimada para ocorrer até 31 de janeiro de 2026 (“Data Prevista do Habite-se do Empreendimento Alvo Pintassilgo”);
     3. a área privativa do Empreendimento Alvo Pintassilgo, de [4.083,75 m² (quatro mil e oitenta e três metros quadrados e setenta e cinco centímetros quadrados)] (“Área Privativa Bruta - Pintassilgo”); **[Nota PMK: Lote 5, por favor confirmar]**
     4. o volume projetado de vendas das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo até a Data de Vencimento, nos termos do **Anexo VI** ao presente Termo de Emissão; e
     5. a Taxa Interna de Retorno Projetada do Empreendimento Alvo Pintassilgo, nos termos da cláusula 5.2.2.1 abaixo. **[Nota PMK: Riza, por favor, confirmar aplicabilidade]**

Enquanto as Condições Base do VGV do Empreendimento Alvo Pintassilgo estiverem sendo atendidas, a Titular das Notas Comerciais fará jus ao recebimento, na Conta Centralizadora, mensalmente, do montante correspondente a [=]% ([=]) do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo (“Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo”).

Para fins da Operação de Securitização, o valor geral de vendas líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo (“VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo”) consiste no resultado da equação das Receitas menos Deduções, assim entendidas:

1. “Receitas”: o produto, apurado com base no regime de caixa, da efetiva venda das unidades autônomas integrantes do Empreendimento Alvo Pintassilgo, bem como os demais acréscimos cobrados em razão da venda das referidas Unidades Autônomas, excluindo-se as parcelas decorrentes da venda de acabamentos diferenciados, conforme solicitação do adquirente da referida Unidade Autônoma, não incluídos no Memorial Descritivo, desde que estes valores sejam excedentes do preço constante na tabela de vendas, não incluindo quaisquer outras entradas, tais como as parcelas recebidas das instituições financeiras provenientes do Financiamento do Plano Empresário; e
2. “Deduções”: **(ii.1)** Comissão imobiliária, até o limite de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento), com exceção as campanhas de premiações para estimular as vendas, o que poderá atingir 6,00% (seis por cento), desde que o valor da venda seja realizado com o *gross-up* deste percentual (“Comissão Imobiliária”); **(ii.2)** todas as devoluções relativas aos distratos celebrados pelos promitentes compradores das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo; e **(ii.3)** todos os impostos e tributos incidentes na apuração da Receita, atualmente enquadráveis no Regime Especial de Tributação – RET, à alíquota de 4,00% (quatro inteiros por cento) (“RET Incidente”).

Caso, a qualquer momento durante a vigência das Notas Comerciais, haja qualquer alteração nas Condições Base do VGV do Empreendimento Alvo Pintassilgo, a parcela do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo a ser retida na Conta Centralizadora deverá ser alterada, conforme a seguinte métrica (“Parcela Ajustada do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo”):

1. Reajuste Vendas: Conforme definido abaixo e verificado quando o Empreendimento Alvo Pintassilgo atingir 30% (trinta por cento) e 70% (setenta por cento) de vendas:

*Onde:*

*Parcela Ajustada = a Parcela Ajustada do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo;*

*Parcela Base = a Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo;*

*Valor Presente Projetado = o valor por metro quadrado das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo trazidos a taxa de 10,50% (dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, respeitada eventual tipologia e fator de prumada de cada unidade, com valor de venda médio sem deduções de Comissão Imobiliária e RET Incidente, de R$ [=] ([=]) por metro quadrado;*

*Valor Presente Realizado = o valor por metro quadrado das unidades vendidas equivalente às unidades que perfaçam 30,00% (trinta por cento) do total de unidades líquidas de permuta do Empreendimento Alvo Pintassilgo trazidos a taxa de 10,50% (dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com valor de venda médio sem deduções de Comissão Imobiliária e RET Incidente;*

1. Reajuste Cronograma: Haverá uma hipótese de reajuste de cronograma nos seguintes casos: **(ii.a)** se a data efetiva do lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo (“Data Efetiva de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo”) for diferente da Data Prevista de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo, haverá o ajuste da Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo de forma a preservar a Taxa Interna de Retorno do Empreendimento Alvo à taxa de 12,68% (doze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, acrescidos de IPCA, caso a variação seja positiva (“TIR Alvo”), para cima ou para baixo. Esse ajuste ocorrerá 1 (uma) semana após a Data Efetiva de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo; e **(ii.b)** se a data do “*Habite-se*” for diferente da Data Prevista do Habite-se do Empreendimento Alvo Pintassilgo, haverá o ajuste da Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo de forma a preservar a TIR Alvo definida abaixo, para cima ou para baixo. Esse ajuste ocorrerá 1 (uma) semana após a emissão efetiva do “*Habite-se*”; e
2. Reajuste VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo: Caso o VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo, considerando as Deduções, seja diferente de R$ [=] ([=]), será reajustado a Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo, para cima ou para baixo, de maneira a preservar a TIR Alvo. Esse ajuste ocorrerá 1 (uma) semana após a Data Efetiva de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo.
   * + - 1. Acompanhamento da Comercialização das Unidades Autônomas. Durante toda a vigência das Notas Comerciais, de forma a viabilizar o acompanhamento, pela Titular das Notas Comerciais, da comercialização das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo, a Emissora deverá enviar à Titular das Notas Comerciais com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI mensalmente, a partir da Data Efetiva de Lançamento do Empreendimento Alvo Pintassilgo, relatório gerencial contendo, no mínimo, as seguintes informações e acompanhado dos seguintes documentos, conforme o caso (“Relatório Mensal de Vendas das Unidades Autônomas”):
3. planilha com o demonstrativo de receitas recebidas no mês imediatamente anterior e a receber do Empreendimento Alvo Pintassilgo, de forma consolidada e detalhada por Unidade Autônoma, contendo, conforme aplicável e sem limitação, o código e o número da Unidade Autônoma, a torre, a fração ideal do terreno, a área privativa, área comum, o número de vagas das Unidades Autônomas vendidas, o nome completo ou a razão social, CPF/ME, o RG ou o CNPJ/ME, conforme o caso, do adquirente (“Dados Adquirentes”), o código do contrato, a data de assinatura do contrato, o valor da venda, a data de vencimento e de pagamento de cada parcela paga e a pagar, o tipo das parcelas (entrada, intermediárias, mensais, de financiamento, entre outras), o índice de correção das parcelas, o valor original (principal) das parcelas, o valor dos acréscimos (dividido em juros, correção, multa e mora), o valor dos descontos, o valor atualizado e o valor efetivamente pago de cada parcela (vencidas e a pagar) e o valor de corretagem pago por cada Unidade Autônoma. Nesta relação deve constar ainda a relação de Unidades Autônomas que foram objeto de distrato, contendo (a) a data do distrato; (b) o valor pago pelo adquirente da Unidade Autônoma objeto de distrato; e (c) valor devolvido pela Emissora ao cliente;
4. eventuais inadimplências dos adquirentes das Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo;
5. acompanhamento do pagamento de qualquer valor a título de devolução decorrente de distrato ou cobrança indevida;
6. cópias digitalizadas dos compromissos de compra e venda e de distratos firmados no decorrer do mês de referência, os quais deverão ser enviados até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês de referência;
7. fluxo futuro de despesas e custos projetados, o qual deverá ser enviado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês de referência; e
8. tipologia de todas as Unidades Autônomas e o respectivo quadro de áreas, contendo, fração ideal, área privativa, área comum, área de varanda, vagas de garagem e as respectivas áreas de vagas de garagem de cada Unidade Autônoma, o qual as Partes acordam que será enviado uma única vez, salvo se sofrer qualquer alteração durante o processo de aprovação.
   1. **Atualização Monetária**
      1. O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a cada Período de Capitalização, pela variação mensal positiva do IPCA de forma exponencial, calculada *pro-rata temporis,* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (em cada Data de Aniversário, conforme definida abaixo), desde a Data de Integralização (inclusive), ou a Data de Aniversário imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Aniversário (exclusive), de acordo com a seguinte fórmula (“Atualização Monetária”): **[Nota PMK: Por favor, revisar a fórmula abaixo]**

Onde:

|  |  |
| --- | --- |
| *VNa =* | Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, na respectiva data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. |
| *VNe =* | Valor Nominal Unitário na data de integralização dos CRI ou na Data de Aniversário imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. |
| *C =* | fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma: |

Onde:

n = número total de números índices considerados na atualização, sendo “n” um número inteiro.

|  |  |
| --- | --- |
| *=* | Valor do número-índice do IPCA referente ao 2º (segundo) mês imediatamente anterior ao mês da respectiva Data de Aniversário. |
| *=* | valor do número-índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês “k”. |
| *dup =* | Número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última Data de Aniversário, o que ocorrer por último, e a data de cálculo, sendo “*dup*” um número inteiro, observado que na primeira Data de Aniversário deverá ser acrescido 2 (dois) Dias Úteis do primeiro período de atualização dos CRI; e. |
| *dut =* | Número de Dias Úteis entre a última Data de Aniversário e a próxima Data de Aniversário, sendo que para a primeira Data de Aniversário, em 13 de junho de 2022, o “*dut*” será igual a 21 (vinte e um) Dias Úteis, sendo também “*dut*” um número inteiro. |

Sendo que:

1. a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento a este Termo de Securitização ou qualquer outra formalidade;
2. o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
3. excepcionalmente na primeira Data de Aniversário das Notas Comerciais deverá ser acrescido um valor equivalente ao produtório do fator de correção equivalente a 2 (dois) Dias Úteis, calculado *pro rata temporis*, de acordo com as fórmulas constantes da cláusula 5.3 acima.

Caso o IPCA, por qualquer motivo, deixe de ser publicado durante o prazo das Notas Comerciais ou tenha a sua aplicação proibida, o Valor Nominal Unitário Atualizado passará a ser atualizado por qualquer outro índice que venha a substituí-lo, por força de lei ou regulamento aplicável à hipótese (“Índice Substituto”). Na falta de Índice Substituto, será convocada Assembleia Especial de Investidores dos CRI para sua definição, observadas as estipulações deste Termo de Emissão e do Termo de Securitização, sendo que o índice definido em Assembleia Especial de Investidores será aplicado a este Termo de Emissão.

A aplicação do IPCA ou de qualquer Índice Substituto, quando for o caso, ocorrerá na menor periodicidade permitida por lei, prescindindo eventual modificação da periodicidade de aplicação da correção monetária de aditamento do presente Termo de Emissão ou qualquer outra formalidade.

* + 1. A Atualização Monetária apurada nos termos da cláusula 5.3.1 acima a cada Período de Capitalização será automaticamente incorporada ao Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme aplicável (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, se for o caso), em cada Data de Pagamento das Notas Comerciais.
  1. **Juros Remuneratórios**
     1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Notas Comerciais, incidirão juros remuneratórios prefixados ao ano, com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a cada Período de Capitalização, equivalentes a 12,68% (doze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano (“Juros Remuneratórios”). O cálculo dos Juros Remuneratórios deverá observar a fórmula prevista abaixo: **[Nota PMK: Por favor, revisar a fórmula abaixo]**

|  |  |
| --- | --- |
| *J =* | Valor unitário dos Juros Remuneratórios na respectiva data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. |
| *VNa =* | Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Notas Comerciais, na respectiva data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. |
| *Fator de Juros =* | Fator de juros composto pelo *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |

|  |  |
| --- | --- |
| *Spread =* | [12,68]. |
| *dup =* | é o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento das Notas Comerciais (inclusive) e a data de cálculo (exclusive), considerando ainda que, para o 1º (primeiro) “*dup*”, deverá ser considerado um prêmio de 2 (dois) Dias Úteis, sendo “*dup*” um número inteiro. |

Excepcionalmente na primeira Data de Pagamento das Notas Comerciais deverá ser acrescido aos Juros Remuneratórios devidos um prêmio equivalente ao produtório do “*Fator de Juros*” de 2 (dois) Dias Úteis, de acordo com a fórmula constante da cláusula 5.4.1 acima. **[Nota PMK: Riza, por favor, validar aplicabilidade]**

* + 1. Os Juros Remuneratórios apurados nos termos da cláusula 5.4.1 acima a cada Período de Capitalização serão automaticamente incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso) em cada Data de Pagamento das Notas Comerciais.
  1. **Forma de Pagamento ao longo do Empreendimento Alvo Pintassilgo**

* + 1. O valor de referência será calculado pela Titular das Notas Comerciais com base na seguinte fórmula (“VR”): **[Nota PMK: Por favor, validar aplicabilidade/revisar a fórmula abaixo]**

VR = (QMM/VA)

onde:

VR = Valor de Referência;

QMM = Quantidade mínima mensal de recursos necessária para: **(a)** o pagamento integral da parcela de remuneração e amortização das Notas Comerciais se houver, devida no mês civil em curso (“Data de Verificação”), observados os termos e condições previstos neste Termo de Emissão; e **(b)** valores eventualmente devidos a título de multa e encargos moratórios previstos neste Termo de Emissão;

VA = Somatório do valor dos Direitos Creditórios pagos pela Emissora na Conta Centralizadora, no Mês de Apuração, observados os termos e condições previstos neste Termo de Emissão.

* + 1. Para os fins da cláusula 5.5.1 acima, entende-se por “Mês de Apuração” o período compreendido entre a Data de Verificação imediatamente anterior (exclusive) e a atual Data de Verificação (inclusive).
    2. Na hipótese de, em qualquer Data de Verificação, o VR ser um número maior que 1 (um), na última parcela de pagamentos dos CRI, a Emissora estará obrigada a pagar à Titular das Notas Comerciais, no prazo de até 1 (um) Dia Útil a contar da Data de Verificação, o montante em reais correspondente à diferença positiva entre a QMM e o VA, a título de ajuste dos juros remuneratórios das Notas Comerciais, sob pena da configuração de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos deste Termo de Emissão.
    3. Na hipótese de, em qualquer Data de Verificação, o VR ser um número menor que 1 (um), a Emissora estará obrigada a quitar este Termo de Emissão.
  1. **Pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado**
     + - 1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais (ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso) será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, juntamente com a Atualização Monetária e os Juros Remuneratórios não incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado, na Data de Vencimento das Notas Comerciais, ressalvada a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Obrigatória, bem como da liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão. **[Nota PMK: Riza, por favor, confirmar o racional do pagamento]**
  2. **Repactuações Programadas**
     + - 1. As Notas Comerciais não estarão sujeitas a repactuações programadas.
  3. **Local de Pagamento e Tributos**
     + - 1. Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, por meio de TED, ou outra forma de transferência bancária de liquidez imediata, para a Conta Centralizadora.
         2. Todos os tributos, atuais ou futuros, incluindo impostos, contribuições, taxas ou quaisquer outros tributos federais, estaduais ou municipais (“Tributos”), bem como quaisquer outros encargos que tenham ou venham a ter como fato gerador ao presente Termo de Emissão, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar serão de exclusiva responsabilidade da Emissora e por ela integralmente suportados, se e quando devidos, acrescido de eventuais multas e penalidades.

Caso qualquer órgão competente venha a exigir, mesmo que sob a legislação fiscal vigente, o recolhimento, pagamento e/ou retenção de quaisquer Tributos sobre este Termo de Emissão, ou a legislação vigente venha a sofrer qualquer modificação ou, por quaisquer outros motivos, novos Tributos venham a ter como fato gerador este Termo de Emissão, a Emissora será responsável pelo recolhimento, pagamento e/ou retenção destes Tributos.

Observado o disposto na cláusula 5.7.2.1 acima, caso qualquer novo Tributo venha a incidir sobre a os pagamentos devidos à Titular das Notas Comerciais, nos termos deste Termo de Emissão, a Emissora deverá acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que a Titular das Notas Comerciais receba os mesmos valores líquidos que seriam recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada.

* 1. **Prorrogação dos Prazos**
     + - 1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente deste Termo de Emissão por quaisquer das Partes, no Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
  2. **Encargos Moratórios**
     + - 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9 deste Termo de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida à Titular das Notas Comerciais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: **(a)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(b)** juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas comprovadamente incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”).
         2. Não obstante o aqui disposto, a Atualização Monetária e os Juros Remuneratórios continuarão incidindo sobre o Valor Nominal Unitário, nos termos deste Termo de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.
  3. **Classificação de Risco**
     + - 1. As Notas Comerciais não serão objeto de classificação de risco (*rating*).

1. CLÁUSULA SEXTA  
   GARANTIAS
   1. **Aval**
      * + 1. Os Avalistas assumem, neste ato, como avalistas e principais pagadores, em caráter solidário e sem qualquer benefício de ordem ou divisão, a obrigação de garantir o fiel, integral e pontual pagamento de todas as Obrigações da Operação de Securitização (“Aval”).

Em decorrência do Aval ora prestada, os Avalistas respondem pelo pagamento destas Notas Comerciais de responsabilidade da Emissora, nos seus vencimentos, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as Obrigações da Operação de Securitização, renunciando expressamente aos direitos e prerrogativas que lhe conferem os artigos 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e nos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil.

Na hipótese de atraso de pagamento pela Emissora, os Avalistas arcarão com o montante correspondente a cada uma das prestações em mora, com todos os seus acessórios e com os Encargos Moratórios, até o seu efetivo pagamento à Titular das Notas Comerciais, impreterivelmente, até o 2º (segundo) Dia Útil, fora do âmbito da B3, após o inadimplemento das Obrigações da Operação de Securitização, independentemente do envio de qualquer notificação aos Avalistas.

O Aval constitui uma promessa de pagamento, autônoma e abstrata, cuja validade e efeitos independem da validade e efeitos dos Documentos da Operação, da perfeita formalização destes, ou da existência e exigibilidade das Obrigações da Operação de Securitização, devendo os Avalistas cumprirem todas as suas obrigações decorrentes deste Aval sem oposição de qualquer exceção ou objeção.

No caso de invalidade ou ineficácia, total ou parcial, dos Documentos da Operação, ou da inexistência ou inexigibilidade de qualquer das Obrigações da Operação de Securitização, com relação à Emissora, por qualquer razão, os Avalistas responderão, como uma obrigação independente, pelos valores devidos no âmbito deste Aval, acrescidos dos juros e encargos aplicáveis.

Os Avalistas reconhecem que o presente Aval é prestado a título oneroso, tendo em vista que os Avalistas são, direta ou indiretamente, quotistas da Emissora, e que possuem interesse econômico no resultado da Operação de Securitização, beneficiando-se indiretamente desta.

Fica assegurado aos Avalistas o direito de regresso contra a Emissora caso tenham adimplido qualquer obrigação não cumprida perante a Titular das Notas Comerciais pela Emissora, podendo propor contra esta todas as medidas judiciais cabíveis para recebimento do seu crédito, ficando certo que, mediante o pagamento de qualquer parcela inadimplida das Notas Comerciais à Titular das Notas Comerciais, os Avalistas sub-rogar-se-ão automaticamente nos direitos de recebimento dos valores das respectivas parcelas das Notas Comerciais pagas, observado, entretanto, que os Avalistas desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora somente após a liquidação integral das Notas Comerciais.

* 1. **Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo**
     + - 1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações da Operação de Securitização, a Emissora deverá constituir, em favor da Titular das Notas Comerciais, a alienação fiduciária sobre a propriedade plena do Imóvel Pintassilgo, incluindo todas as suas acessões, benfeitorias e melhorias, presentes e futuras, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de fiduciante, e a Titular das Notas Comerciais, na qualidade de fiduciária (“Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo”);

A Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo será outorgada em caráter irrevogável e irretratável e deverá permanecer em vigor até o atendimento de uma das seguintes condições, o que ocorrer primeiro: **(i)** a liberação do Imóvel Pintassilgo para viabilizar a sua oneração em favor da Financiadora no âmbito do Financiamento do Plano Empresário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo; ou **(ii)** o integral cumprimento das Obrigações da Operação de Securitização, exceto se de outra forma aprovado pela Titular das Notas Comerciais, observado o disposto na cláusula 4.6.1.6 acima.

* 1. **Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora**
     + - 1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações da Operação de Securitização, os quotistas da Emissora deverão constituir, em favor da Titular das Notas Comerciais, alienação fiduciária sobre a totalidade das quotas representativas do capital social da Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas - Pintassilgo a ser celebrado previamente à subscrição das Notas Comerciais (“Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora”).

A Alienação Fiduciária de Quotas da Emissora será outorgada em caráter irrevogável e irretratável e deverá permanecer em vigor até o integral cumprimento das Obrigações da Operação de Securitização, exceto se de outra forma aprovado pela Titular das Notas Comerciais, observado o disposto na cláusula 4.6.1.6 acima.

* 1. **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo**
     + - 1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações da Operação de Securitização, a Emissora deverá constituir, em favor da Titular das Notas Comerciais, cessão fiduciária sobre a totalidade dos direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes de todas e quaisquer atividades econômicas que venham a ser exploradas no Empreendimento Alvo Pintassilgo (“Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo”), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária - Pintassilgo a ser celebrado previamente à subscrição das Notas Comerciais (“Cessão Fiduciária - Pintassilgo”)**.**

A Cessão Fiduciária será outorgada em caráter irrevogável e irretratável e deverá permanecer em vigor até o atendimento de uma das seguintes condições, o que ocorrer primeiro: **(i)** a liberação de até a totalidade dos Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo para viabilizar a oneração dos mesmos em favor da Financiadora no âmbito do Financiamento do Plano Empresário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária - Pintassilgo; ou **(ii)** o integral cumprimento das Obrigações da Operação de Securitização.

A movimentação integral dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios do Empreendimento Alvo Pintassilgo será realizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária - Pintassilgo.

* 1. **Fundo de Despesas**
     + - 1. Sem prejuízo das garantias previstas nas cláusulas 6.1 a 6.4 acima, a Emissora deverá, durante toda a vigência das Notas Comerciais, manter, na Conta Centralizadora, fundo composto por recursos imediatamente disponíveis para fazer frente ao pagamento das despesas recorrentes relacionadas à Operação de Securitização, conforme descritas no [**Anexo VI**] a este Termo de Emissão (“Fundo de Despesas”) em montante equivalente a R$ [=] ([=]) (“Valor Total do Fundo de Despesas”), correspondente a 100% (cem por cento) dos valores necessários para o pagamento das Despesas que forem recorrentes, no período de 12 (doze) meses, relacionadas à Operação de Securitização.

As Partes concordam que o Fundo de Despesas será constituído previamente à integralização das Notas Comerciais, mediante a retenção, pela Titular das Notas Comerciais, dos valores por ela recebidos a título da integralização dos CRI, em montante suficiente para atendimento, na Data de Subscrição, do Valor Total do Fundo de Despesas.

Caso, em qualquer Data de Verificação, a Titular das Notas Comerciais verifique que os recursos mantidos na Conta Centralizadora a título do Fundo de Despesas são iguais ou inferiores a R$ [=] ([=]) (“Valor Mínimo do Fundo de Despesas”), a mesma deverá notificar a Emissora, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Verificação, para que a mesma reestabeleça o Valor Total do Fundo de Despesas mediante aporte de recursos próprios diretamente na Conta Centralizadora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de tal notificação (“Recomposição do Fundo de Despesas”), sob pena de configuração de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 10 deste Termo de Emissão.

* 1. **Fiança Bancária**
     + - 1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações da Operação de Securitização, as Devedoras contratarão fiança bancária junto à Instituição Bancária, no valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (“Fiança Bancária”), observadas as condições estabelecidas a seguir.

6.6.1.1 A contratação da Fiança Bancária pelas Devedoras integra Condição Precedente da Subscrição, conforme alínea (f) da cláusula 4.7.1 acima, bem como integra condição precedente para o pagamento do Valor da Cessão dos Créditos Imobiliários Indianópolis, conforme alínea (h) da cláusula 3.5 do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC, e deverá permanecer vigente até que se cumpra a condição constante da cláusula 6.6.1.2 a seguir.

6.6.1.2 A Fiança Bancária será liberada quando (i) o Empreendimento Alvo Pintassilgo tenha sido lançado; e (ii) o Índice de Liquidez (conforme definido abaixo) supere 130% (cento e trinta por cento) para o Empreendimento Alvo Indianópolis.

* 1. **Índice de Liquidez**
     + - 1. A liquidez das garantias prestadas no âmbito da Operação de Securitização será calculado mensalmente pela Titular das Notas Comerciais de acordo com a fórmula abaixo:

*Onde:*

*Recebíveis = A receita a receber, decorrente da venda das Unidades Autônomas dos Empreendimentos Alvo, considerando a soma das parcelas vincendas, sem considerar previsão de inflação e líquido de corretagem e/ou prêmio sobre vendas, para os períodos seguintes à data de realização do relatório elaborado pelo Servicer e encaminhado para a Titular das Notas Comerciais, o qual contemplará, dentre outras informações, o total das Unidades Autônomas em estoque, quantidade de Unidades Autônomas vendidas e seus respectivos fluxos de pagamento;*

*VGV Estoque = O valor total das Unidades Autônomas em estoque dos Empreendimentos Alvo, calculadas com o valor do metro quadrado nominal médio das 5 (cinco) últimas Unidades Autônomas vendidas (com status somente de ativa e quitada, na data do cálculo), líquido de corretagem e prêmio sobre vendas, conforme indicado no relatório elaborado pelo Servicer;*

*Saldo Devedor Permuta: = O Saldo Devedor das CCI vinculadas aos CRI da 1ª série da 4ª emissão da Cessionária, referentes aos Empreendimentos Alvo;*

*Saldo Devedor Plano Empresário = O Saldo Devedor do(s) Financiamento(s) do(s) Plano(s) Empresário(s) a ser(em) contratado(s) pelas Devedoras para a construção dos Empreendimentos Alvo;*

*Obras a Incorrer = O valor de obras a ser desembolsado nos Empreendimentos Alvo apurado pela Empresa de Gerenciamento de Obras.*

6.7.1.1 Caso o Índice de Liquidez, calculado para a somatória de ambos os Empreendimentos Alvos, a qualquer momento, seja inferior a 120% (cento e vinte por cento), os sócios das Devedoras ou os Avalistas deverão realizar aportes nos capitais sociais das Devedoras até que o índice retorne a 130% (cento e trinta por cento).

6.7.1.2 Caso não haja o reenquadramento do Índice de Liquidez, haverá um acréscimo de 3,0% (três por cento) ao ano, a ser calculado com base no saldo devedor atualizado das CCI na data de notificação do descumprimento do Índice de Liquidez, *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a data da referida notificação ou última Data de Aniversário até a data do efetivo pagamento. O acréscimo vigorará durante todo o período em que o Índice de Liquidez não estiver enquadrado.

* + - 1. O Índice de Liquidez deverá ser observado pelas Devedoras, a todo o tempo, a partir da primeira Data de Integralização dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização) até a quitação integral das Obrigações da Operação de Securitização constantes dos Documentos da Operação.
      2. A Titular das Notas Comerciais será responsável por verificar, mensalmente, o cumprimento do Índice de Liquidez, nas respectivas Datas de Verificação, sem prejuízo de verificações realizadas em outras datas que não seja Data de Verificação, a exclusivo critério da Titular das Notas Comerciais.
      3. Caso seja constatado, na Data de Verificação, o descumprimento do Índice de Liquidez, a Titular das Notas Comerciais notificará as Devedoras para que realizem, de forma proporcional em relação a cada um dos Empreendimentos Alvo, o depósito, na Conta do Patrimônio Separado, em montante suficiente para reestabelecer integralmente o Índice de Liquidez.
      4. A recomposição prevista acima deverá ser realizada, pelas Devedoras, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio de notificação mencionada na cláusula 6.6.1.7 acima, sendo certo que a notificação poderá ser recorrente, caso não seja restabelecido o Índice de Liquidez.
  1. **Multiplicidade de Garantias**
     + - 1. Considerando a multiplicidade das garantias que serão constituídas em favor da Titular das Notas Comerciais, fica desde já estabelecido que estas garantem o fiel, tempestivo e integral cumprimento das Obrigações da Operação de Securitização, podendo a Titular das Notas Comerciais executá-las individualmente ou em conjunto, independentemente da ordem de nomeação, sendo certo que a excussão de quaisquer das Garantias não prejudicará, nem impedirá, a excussão das demais. Adicionalmente, considerando o exposto, a ordem de excussão das Garantias será estabelecida exclusivamente pelos Titulares dos CRI, conforme deliberação emanada em Assembleia Especial dos Titulares dos CRI convocada para essa finalidade.

1. CLÁUSULA SÉTIMA  
   AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA OU OBRIGATÓRIA   
   E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO OU OBRIGATÓRIO
   1. **Amortização Extraordinária Facultativa**
      * + 1. As Notas Comerciais não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa pela Emissora.
   2. **Resgate Antecipado Facultativo Total**
      * + 1. A partir de [=] de [=] de 20[=] (inclusive), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), observados os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

A Emissora realizará o Resgate Antecipado Facultativo Total por meio do envio de comunicado à Titular das Notas Comerciais e ao Agente Fiduciário dos CRI com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, devendo tal comunicação conter: **(a)** o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado nos termos da cláusula 7.2.1.2 abaixo; **(b)** a data do efetivo pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, que não poderá ser inferior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do envio da referida comunicação (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”); e **(c)** demais informações eventualmente necessárias para a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como quaisquer valores eventualmente devidos pela Emissora, incluindo despesas, nos termos deste Termo de Emissão.

O Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado mediante o pagamento, na respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados, *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento das Notas Comerciais imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo, ainda, do acréscimo de quaisquer outras obrigações pecuniárias referentes às Notas Comerciais, incluindo eventuais Encargos Moratórios (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”).

O pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total será liquidado mediante Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou por outra forma permitida ou não vedada pelas normas então vigentes para a Conta Centralizadora.

As Notas Comerciais resgatadas nos termos desta cláusula 7.2 serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

* 1. **Resgate Antecipado Facultativo Parcial**
     + - 1. As Notas Comerciais não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo parcial pela Emissora.
  2. **Amortização Extraordinária Obrigatória**

**7.4.1** Após a Recompra Total dos Créditos Imobiliários CVC pela Emissora no âmbito do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC, sempre que forem creditados recursos na Conta Centralizadora a título da Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Indianópolis ou da Parcela Ajustada do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Indianópolis, conforme o caso, sempre que forem creditados recursos na Conta Centralizadora a Emissora deverá realizar a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso), até o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Total de Emissão das Notas Comerciais, com relação à totalidade das Notas Comerciais, na Data de Pagamento das Notas Comerciais imediatamente subsequente a tal recebimento de recursos na Conta Centralizadora (“Amortização Extraordinária Obrigatória”), observados os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

A Emissora desde já autoriza a Titular das Notas Comerciais a realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória mediante o débito dos recursos necessários para tanto mantidos na Conta Centralizadora, devendo a Titular das Notas Comerciais comunicar a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, sobre: **(a)** o Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória, calculado nos termos da cláusula 7.4.1.2 abaixo; **(b)** a data do efetivo pagamento do Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória, que deverá coincidir com uma Data de Pagamento das Notas Comerciais (“Data da Amortização Extraordinária Obrigatória”); e **(c)** demais informações eventualmente necessárias para a operacionalização da Amortização Extraordinária Obrigatória, bem como quaisquer valores eventualmente devidos pela Emissora, incluindo despesas, nos termos deste Termo de Emissão.

A Amortização Extraordinária Obrigatória será realizada mediante o pagamento, na respectiva Data da Amortização Extraordinária Obrigatória: da parcela do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais a ser amortizada, correspondente ao valor total da Parcela Base do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo ou da Parcela Ajustada do VGV Líquido do Empreendimento Alvo Pintassilgo, conforme o caso, sem prejuízo do acréscimo de quaisquer outras obrigações pecuniárias referentes às Notas Comerciais, incluindo eventuais Encargos Moratórios (“Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória”).

* 1. **Resgate Antecipado Obrigatório Total**
     + - 1. Na hipótese de: **(a)** após a Recompra Total dos Créditos Imobiliários CVC pela Emissora no âmbito do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC, serem creditados recursos na Conta Centralizadora a título da Parcela Base dos Recebíveis do Empreendimento Indianópolis ou da Parcela Ajustada dos Recebíveis do Empreendimento Alvo Indianópolis, conforme o caso, em montante superior ao total do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais; e, cumulativamente, **(b)** tais recursos recebidos na Conta Centralizadora incluírem recebíveis decorrentes da venda da última Unidade Autônoma do Empreendimento Indianópolis Colonial disponível à venda, a Emissora deverá, na Data de Pagamento das Notas Comerciais imediatamente subsequente a tal recebimento de recursos na Conta Centralizadora (“Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total”), realizar o resgate antecipado total do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, com relação à totalidade das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Obrigatório Total”), observados os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

A Emissora desde já autoriza a Titular das Notas Comerciais a realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total mediante o débito dos recursos necessários para tanto mantidos na Conta Centralizadora, devendo a Titular das Notas Comerciais comunicar a Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, sobre: **(a)** o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado nos termos da cláusula 7.5.1.2 abaixo; **(b)** a Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total; e **(c)** demais informações eventualmente necessárias para a operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total, bem como quaisquer valores eventualmente devidos pela Emissora, incluindo despesas, nos termos deste Termo de Emissão.

O Resgate Antecipado Obrigatório Total será realizado mediante o pagamento, na respectiva Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, sem prejuízo do acréscimo de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Notas Comerciais, incluindo eventuais Encargos Moratórios (“Valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total”).

1. CLÁUSULA OITAVA  
   OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
   1. Observadas as demais obrigações previstas neste Termo de Emissão, enquanto o saldo devedor das Notas Comerciais não for integralmente pago, a Emissora e se obriga, ainda, a:
2. fornecer à Titular das Notas Comerciais, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI:
3. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: **(i)** cópia de seus balancetes anuais, relativos ao exercício social então encerrado, preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e conforme legislação aplicável; **(ii)** declaração assinada pelo(s) administrador(es) atestando **(ii.1)** que permanecem válidas as disposições contidas neste Termo de Emissão; **(ii.2)** a não ocorrência e/ou continuidade de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de suas obrigações perante a Titular das Notas Comerciais; e **(ii.3)** que não foram praticados atos em desacordo com o contrato social vigente à época, com este Termo de Emissão e com os demais Documentos da Operação;
4. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência, informações sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições deste Termo de Emissão;
5. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Notas Comerciais que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pela Titular das Notas Comerciais;
6. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ciência, qualquer informação acerca de ato ou fato que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante a Titular das Notas Comerciais no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação da Titular das Notas Comerciais;
8. todos os atos societários, dados financeiros e o organograma do seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas e as sociedades integrantes do seu bloco de controle no encerramento de cada exercício social, bem como todas as informações que venham a ser solicitadas pela Titular das Notas Comerciais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis dias corridos contados do recebimento da respectiva solicitação;
9. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
10. permitir à Titular das Notas Comerciais e/ou ao Agente Fiduciário dos CRI o acesso, diretamente ou por meio de empresa de auditoria contratada às expensas do Patrimônio Separado, a toda e qualquer documentação e informações comprobatórias das suas atividades, para fins de auditoria dos seus livros, registros e sistemas contábeis, de forma a viabilizar a verificação do pleno atendimento das leis e normas aplicáveis, sob pena de caracterização de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 10 deste Termo de Emissão;
11. pagar as importâncias relativas às obrigações assumidas neste Termo de Emissão até às 15h00 (quinze horas) do dia em que se tornarem devidas, conforme respectivas datas de vencimento fixadas no presente instrumento;
12. pagar diretamente ou reembolsar, em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento de comunicação neste sentido, as Despesas da Operação de Securitização;
13. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, conforme previsto neste Termo de Emissão e nos Documentos da Operação;
14. cumprir as determinações referentes aos CRI emanadas da CVM e da B3, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
15. comparecer a Assembleias Especiais de Titulares dos CRI sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos no Termo de Securitização;
16. não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu contrato social e/ou com este Termo de Emissão, em especial dos atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas, nos termos deste Termo de Emissão;
17. observar e cumprir, e fazer com que suas Afiliadas e, ainda, seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e representantes agindo em seu nome ou benefício, observem e cumpram as Normas Anticorrupção, devendo **(i)** manter políticas e procedimentos internos que assegurem o integral cumprimento das Normas Anticorrupção por si e pelas pessoas anteriormente mencionadas; **(ii)** dar pleno conhecimento das Normas Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; e **(iii)**abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, conforme o caso, ou de suas respectivas Afiliadas;
18. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Termo de Emissão, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, de “lavagem” ou ocultação bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos em legislação nacional e/ou estrangeira aplicável (“Normas Antilavagem de Dinheiro”), e tomar todas as medidas razoavelmente ao seu alcance e de modo a não transgredir direitos de terceiros para disseminar entre seus administradores, empregados, mandatários, representantes, seus ou de suas controladas, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados, o respeito a práticas substancialmente similares de conformidade com referidas leis;
19. cumprir e dar conhecimento a respeito das obrigações decorrentes de tais normas para que seus representantes legais, funcionários e terceiros contratados cumpram, durante o prazo de vigência das Notas Comerciais, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicáveis à Emissora, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho escravo e infantil, e a não adoção de ações que incentivem a prostituição (“Legislação Socioambiental”), exceto nos casos em que esteja contestando de boa-fé o respectivo descumprimento pelos procedimentos adequados devidamente instituídos e conduzidos e de forma diligente e cujo descumprimento não resulte em um Efeito Adverso Relevante;
20. notificar a Titular das Notas Comerciais, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, qualquer um de seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e/ou representantes agindo em seu nome ou benefício, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo judicial ou administrativo, conduzidos por autoridade administrativa ou judicial nacional ou estrangeira, conforme aplicável, relativos à violação da Legislação Socioambiental, da Normas Anticorrupção e/ou das Normas Antilavagem de Dinheiro, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado pela Titular das Notas Comerciais, fornecer cópia de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmado no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, sendo certo que, para os fins desta obrigação, considera-se ciência da Emissora (a) o recebimento pela Emissora de citação, intimação ou notificação judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira, (b) a comunicação do fato pela Emissora à autoridade competente e (c) a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela Emissora contra o infrator;
21. cumprir todas as demais leis, regulamentos, normas administrativas, termos de compromisso e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto nos casos em que esteja contestando de boa-fé o respectivo descumprimento pelos procedimentos adequados devidamente instituídos e conduzidos e de forma diligente (sendo certo que tal exceção não se aplica ao cumprimento das Normas Anticorrupção e das Normas Antilavagem de Dinheiro) e cujo descumprimento não resulte em um Efeito Adverso Relevante (sendo certo que tal exceção não se aplica ao cumprimento das Normas Anticorrupção e das Normas Antilavagem de Dinheiro);
22. obter, observar os termos de, praticar todos os atos necessários, e manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, alvarás, licenças, inclusive ambientais, expedidas ou emitidas pelos órgãos competentes, e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou necessárias às suas operações, cuja não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão, ou extinção cause um Efeito Adverso Relevante, exceto por aquelas autorizações, aprovações, alvarás, licenças e consentimentos em processo de obtenção ou renovação nos termos da legislação aplicável;
23. não fazer uso especulativo de derivativos;
24. ressalvada a dívida decorrente da presente Emissão, não contratar dívidas bancárias, empréstimos, financiamentos, mútuos ou qualquer outra forma de endividamento decorrente de operações no mercado de capitais, local ou internacional;
25. caso esteja inadimplente com quaisquer de suas obrigações, pecuniárias ou não pecuniárias, previstas neste Termo de Emissão ou nos demais Documentos da Operação, não realizar a distribuição de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus sócios;
26. tomar todas as medidas necessárias para:
27. manter em vigor todos os contratos e instrumentos de financiamento necessários para a condução de seus negócios;
28. manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se o desgaste normal desses bens;
29. manter-se adimplente com relação às obrigações relacionadas a impostos, tributos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, e demais obrigações governamentais
30. pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza trabalhista e comercial;
31. manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e
32. proceder com todas as regularizações que se fizerem necessárias em relação ao Empreendimento Alvo Pintassilgo, incluindo, mas não se limitando a, a instalação de serviço condominial, a obtenção do “*Habite-se*” e do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do Empreendimento Alvo Pintassilgo, a instalação de água e energia, a regularização da área comum do Empreendimento Alvo Pintassilgo, o controle de acesso e sistemas de proteção de incêndio;
33. durante toda a execução das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, permitir acesso às obras à Titular das Notas Comerciais, aos Titulares dos CRI e/ou aos representantes que por estes venham a ser contratados;
34. não celebrar qualquer contrato de locação referente ao Empreendimento Alvo Pintassilgo com qualquer locatário para o qual não tenha sido obtido anuência prévia dos Titulares dos CRI, exceto pela fachada ativa; e
35. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Notas Comerciais e desde que haja Notas Comerciais em circulação, as declarações e garantias apresentadas neste Termo de Emissão, no que for aplicável.
36. CLÁUSULA NONA  
    DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA
    1. A Emissora declara e garante à Titular das Notas Comerciais, na data da assinatura deste Termo de Emissão, que:
37. é uma sociedade empresária limitada devidamente organizada e constituída e validamente existente segundo as leis e regulamentação da República Federativa do Brasil, possuindo todas as autorizações administrativas e governamentais necessárias para atuar em território brasileiro e estando habilitada e qualificada para exercer suas atividades e conduzir os negócios em que atualmente está envolvida;
38. possui plena capacidade e legitimidade para celebrar este Termo de Emissão, realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui assumidas, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração, implementar todas as operações nele previstas e cumprir todas as obrigações nele assumidas;
39. os representantes legais que assinam este instrumento têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados, conforme o caso, para assumir as obrigações estabelecidas neste Termo de Emissão;
40. as obrigações assumidas neste Termo de Emissão constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes, eficazes e exigíveis, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
41. nenhum registro, arquivamento, averbação, anotação, aprovação, licença, ordem de, qualificação, autorização ou consentimento de qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos do presente Termo de Emissão ou para a realização da Emissão, exceto pelos registros previstos nas cláusulas 3.1 acima;
42. a celebração do presente Termo de Emissão e a emissão das Notas Comerciais não infringem: **(i)** o seu contrato social; **(ii)** qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer de seus respectivos ativos estejam sujeitos; **(iii)** qualquer ordem, decisão ou sentença judicial (ainda que liminar), arbitral ou administrativa que afete ou possa afetar a Emissora ou qualquer de seus respectivos ativos; e **(iv)** qualquer contrato, acordo ou instrumento, de qualquer natureza, do qual a Emissora ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito, nem irá resultar em: **(1)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; **(2)**criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto conforme previsto neste instrumento; ou **(3)** na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
43. não se encontra, e seus representantes legais que assinam o presente Termo de Emissão não se encontram, em estado de necessidade ou sob coação para celebrar o presente Termo de Emissão, quaisquer outros contratos e/ou documentos a ele relacionados, tampouco tem urgência em celebrá-los;
44. as discussões sobre o objeto deste Termo de Emissão foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
45. foi assessorada por assessores legais, bem como é sujeito de direito sofisticado e tem experiência em contratos semelhantes a este e/ou outros relacionados suficiente para a devida análise dos elementos aqui envolvidos e celebração deste Termo de Emissão, tendo sido informada e avisada de todas as condições e circunstâncias envolvidas na negociação objeto deste Termo de Emissão e que poderiam influenciar a capacidade de expressar a sua vontade;
46. tem plena ciência de sua obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na cláusula 4.5 acima;
47. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e forma de cálculo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, acordados por livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
48. todos os mandatos outorgados nos termos deste Termo de Emissão o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil;
49. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Emissão, sendo certo que não ocorreu, nem está em curso, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
50. seus balancetes anuais correspondentes às demonstrações de resultado referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam, no seu melhor conhecimento, de maneira adequada, seus resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas, bem como sua situação financeira nas respectivas datas, sendo certo que tais demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente no período envolvido;
51. desde a data das suas últimas demonstrações de resultado, não houve: **(i)** qualquer ato ou evento que tenha impactado adversamente, de forma relevante, sua situação financeira e resultados operacionais em questão; nem **(ii)** qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora;
52. inexiste descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição contratual ou legal, ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, que possa, direta ou indiretamente, anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma vir a causar um Efeito Adverso Relevante;
53. não foi citada, notificada ou intimada, até a presente data, sobre a existência de quaisquer procedimentos, inquéritos, investigações, notificações, comunicações, reclamações ou processos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, de natureza cível, trabalhista, fiscal, previdenciária, securitária, tributária, ambiental, financeira, consumerista e regulatória, que possam vir a causar um Efeito Adverso Relevante;
54. está em dia com o pagamento de todas as suas obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal);
55. está cumprindo com a Legislação Socioambiental, inclusive mediante a adoção de todas as medidas e ações preventivas e/ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos socioambientais;
56. possui todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e vigentes e tendo todos os protocolos de requerimento sido realizados dentro dos prazos definidos pelos órgãos das jurisdições em que atua, exceto por aquelas autorizações, aprovações, alvarás, licenças e consentimentos em processo de obtenção ou renovação nos termos da legislação aplicável, sendo certo que a não obtenção ou não renovação, de qualquer autorização, aprovação, alvará, licença e/ou consentimento que estejam em processo de renovação não causa nem pode causar qualquer Efeito Adverso Relevante;
57. cumpre e faz com que todas as suas Afiliadas cumpram, direta ou indiretamente, por si e por seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e representantes agindo em seu nome ou benefício, cumpram todas as Normas Anticorrupção, na medida em que **(i)** mantém políticas e procedimentos internos visando ao integral cumprimento das Normas Anticorrupção por si e pelas pessoas anteriormente mencionadas; **(ii)** dá pleno conhecimento das Normas Anticorrupção a todos os profissionais com quem venha a se relacionar, previamente ao início de sua atuação na atividade para a qual foi contratado; e **(iii)** se abstém de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, conforme o caso, ou de suas respectivas Afiliadas;
58. não foi notificada nem tem conhecimento, até a presente data, de qualquer demanda administrativa ou judicial pendente ou potencial contra a Emissora, questionando a não observância de qualquer lei, norma ou regulamentação de matéria ambiental,
59. não foi notificada nem tem conhecimento, até a presente data, de qualquer processo de investigação, inquérito, ação, procedimento administrativo ou judicial e violação a qualquer dispositivo de qualquer das Normas Anticorrupção ou das Normas Antilavagem de Dinheiro, pela Emissora ou pela Lote 5, por qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, por qualquer de seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e representantes agindo em seu nome ou benefício;
60. as informações prestadas à Titular das Notas Comerciais no âmbito da Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que a Titular das Notas Comerciais tenha conhecimento da Emissora e das suas respectivas atividades, situação financeira e responsabilidades em todos os seus aspectos, e estão atualizadas até a data em que foram fornecidas, de forma a permitir à Titular das Notas Comerciais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão, na extensão exigida pela legislação aplicável; e
61. não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante.
    1. A Emissora se compromete a notificar a Titular das Notas Comerciais, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer evento que possa fazer com que quaisquer declarações por eles aqui prestadas se tornem, total ou parcialmente, inverídicas, inconsistentes, incorretas e/ou insuficientes.
62. CLÁUSULA DEZ  
    VENCIMENTO ANTECIPADO
    1. **Vencimento Antecipado Automático**
       * + 1. A Titular das Notas Comerciais deverá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto deste Termo de Emissão, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado Automático”):
    2. caso os recursos decorrentes da integralização das Notas Comerciais depositados na Conta da Emissora sejam utilizados para destinação diversa àquela prevista na cláusula 4.5 deste Termo de Emissão;
    3. ocorrência de qualquer Evento de Antecipação dos Créditos Imobiliários CVC e/ou Evento de Devolução dos Créditos Imobiliários CVC, nos termos do Contrato de Cessão dos Créditos Imobiliários CVC;
    4. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Termo de Emissão, não sanada no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do referido inadimplemento;
    5. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer dos Avalistas e/ou de suas respectivas Afiliadas, da validade, eficácia e/ou exequibilidade deste Termo de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, e/ou, ainda, de quaisquer das obrigações estabelecidas em tais instrumentos;
    6. em caso de **(i)** nulidade, revogação, rescisão ou cancelamento resultante de decisão colegiada judicial de invalidade, inexequibilidade ou ineficácia deste Termo de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação não revertida no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão; ou **(ii)** nulidade, revogação, rescisão ou cancelamento resultante de decisão colegiada administrativa de invalidade, inexequibilidade ou ineficácia deste Termo de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação que não tenha sido levada a discussão por meio judicial em até 30 (trinta) dias da decisão;
    7. ocorrência de qualquer sinistro, total ou parcial, que torne inviável a continuação e/ou a conclusão das obras civis para construção e implementação do Empreendimento Alvo Pintassilgo, devendo direcionar os recursos decorrentes da respectiva indenização recebida em razão de seguro contratado para o pagamento do Valor de Vencimento Antecipado;
    8. **(i)** pedido de recuperação judicial, ou pedido de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, formulado pela Emissora e/ou pela Lote 5, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; **(ii)** pedido de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou pela Lote 5, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial de referido plano; **(iii)** realização, pela Emissora e/ou por qualquer dos Avalistas, de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência; **(iv)** pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Lote 5; **(v)** pedido de falência contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Avalistas, formulado por terceiros, salvo se elidido no prazo legal aplicável para apresentação das medidas judiciais ou administrativas cabíveis para elidir ou extinguir o respectivo requerimento, o que for menor; ou **(vi)**liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Lote 5;
    9. ocorrência de qualquer descumprimento do Cronograma de Obras após o Descumprimento do Cronograma de Obras Inicial, exceto se em decorrência de caso fortuito ou força maior;
    10. não obtenção, pela Emissora, da aprovação do Registro de Incorporação em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a Data de Integralização;
    11. não adoção, pela Emissora, da adoção do Regime Especial de Tributação – RET e do regime de patrimônio de afetação referente ao Empreendimento Alvo Pintassilgo junto à Receita Federal em até 60 (sessenta) dias corridos após a Data de Integralização;
    12. realização de quaisquer pagamentos aos sócios da Emissora, incluindo pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras formas de distribuições de lucros, devolução de aportes para futuro aumento de capital e quaisquer pagamentos no âmbito de quaisquer mútuos contratados ou a serem contratados: **(i)** até a conclusão das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo; ou **(ii)** após tal prazo, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas neste Termo de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação; ou
    13. contratação de quaisquer mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante.
        * + 1. Na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos descritos na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora ficará automaticamente constituída em mora, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, cabendo à Titular das Notas Comerciais enviar, para meros fins informativos, no prazo máximo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver tomado ciência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado, comunicação com aviso de recebimento à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, informando a declaração do vencimento antecipado e exigindo o pagamento do Valor de Vencimento Antecipado, nos termos da cláusula 10.3.1 abaixo (“Comunicação de Vencimento Antecipado”).
    14. **Vencimento Antecipado Não Automático**
        * + 1. A Titular das Notas Comerciais poderá considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis as obrigações da Emissora decorrentes deste Termo de Emissão, ***sempre de forma não automática***, ou seja, com a necessidade de declaração pela Titular das Notas Comerciais, conforme o disposto na cláusula 4.6.1.6 acima, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas abaixo (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, indistintamente, “Eventos de Vencimento Antecipado”):

1. inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Avalistas, de qualquer outra obrigação não pecuniária prevista neste Termo de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do referido inadimplemento, observado que tal prazo não será aplicável às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico, caso em que se aplicará referido prazo de cura específico;
2. inadimplemento, pela Emissora, por qualquer dos Avalistas e/ou de suas respectivas Afiliadas, ou, ainda, por qualquer de seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e/ou representantes agindo em seu nome ou benefício, das Normas Anticorrupção e/ou às Normas Antilavagem de Dinheiro;
3. inadimplemento, pela Emissora, por qualquer dos Avalistas e/ou de suas respectivas Afiliadas ou, ainda, por qualquer de seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço e/ou representantes agindo em seu nome ou benefício, da Legislação Socioambiental, exceto caso **(i)** o respectivo inadimplemento seja contestado de boa-fé pelos procedimentos adequados, devidamente instituídos e conduzidos e de forma diligente; ou **(ii)** o referido inadimplemento não resultar em um Efeito Adverso Relevante;
4. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, de forma direta ou indireta, pela Emissora e/ou por qualquer dos Avalistas, dos seus direitos e/ou obrigações assumidos neste Termo de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação;
5. qualquer impacto à perfeita constituição, validade, eficácia ou exequibilidade das Garantias, inclusive a não constituição da Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo no prazo previsto no Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Pintassilgo;
6. decisão judicial transitada em julgada determinando: **(i)** a desapropriação total do Imóvel Pintassilgo; ou **(ii)** a desapropriação parcial do Imóvel Pintassilgo, de forma que afete substancialmente o Empreendimento Alvo Pintassilgo; em qualquer dos casos, não se considerando, para fins deste Evento de Vencimento Antecipado, a mera discussão do valor de indenização a ser pago pelo poder expropriante, ressalvados os casos nos quais haja Declaração de Utilidade Pública que, em montante individual ou agregado, totalize a, no máximo, 5% (cinco por cento) da área total do Imóvel Pintassilgo;
7. caso qualquer declaração ou documento que houver sido firmado pela Emissora e/ou por qualquer dos Avalistas no âmbito desta Emissão ou da Operação de Securitização como um todo se prove ou se revele falsa ou, conforme aplicável, materialmente inconsistente, incorreta ou insuficiente;

1. redução de capital social da Emissora e/ou da Lote 5, exceto para absorção de prejuízos acumulados, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
2. cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações), ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou da Lote 5;
3. mudança do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), incluindo caso qualquer dos atuais Sócios Controladores Finais da Emissora deixe de controlar a Emissora por qualquer motivo ou caso quaisquer outras pessoas naturais venham a compartilhar o controle da Emissora com os Sócios Controladores Finais da Emissora;
4. ingresso de quaisquer novos sócios no capital social da Emissora ou da Lote 5;
5. alteração do contrato social da Emissora e/ou da Lote 5, de forma a alterar o objeto social da Emissora e/ou da Lote 5, conforme o caso, de forma relevante;
6. ocorrência de qualquer ato ou medida de qualquer autoridade governamental com o objetivo de **(i)** liquidar, dissolver ou extinguir a Emissora e/ou a Lote 5 que não esteja sendo por esta contestado de boa-fé, na esfera judicial ou administrativa e cujos respectivos efeitos não estejam suspensos; ou **(ii)** impedir a continuidade da operação dos negócios da Emissora e/ou da Lote 5 e que cause um Efeito Adverso Relevante;
7. ocorrência de qualquer ato ou medida de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, penhorar, controlar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, o Imóvel ou a totalidade ou parte substancial dos ativos, bens, propriedades e/ou, conforme o caso, das quotas do capital social da Emissora e/ou da Lote 5;
8. prestação, pela Emissora e/ou da Lote 5, de quaisquer garantias reais ou fidejussórias e/ou constituição de quaisquer ônus, gravames, usufruto, direito de preferência e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle da Emissora e/ou da Lote 5, conforme o caso, sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de sua respectiva propriedade ou titularidade, em benefício de qualquer terceiro, exceto no âmbito do Financiamento do Plano Empresário;
9. proferimento de **(1)** qualquer decisão administrativa contra a Emissora e/ou qualquer dos Avalistas para a qual não seja interposto o devido recurso administrativo ou judicial, conforme o caso, no respectivo prazo legal e não tenham sido obtidos efeitos suspensivos; ou **(2)** sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou qualquer dos Avalistas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ [=] ([=]), no caso da Emissora, ou R$ [=] ([=]), no caso dos Avalistas de forma consolidada, em qualquer dos casos, atualizado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas;
10. proferimento de decisão judicial colegiada, sentença arbitral ou decisão administrativa colegiada contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Avalistas, para a qual não seja obtido ou restabelecido efeito suspensivo num prazo de até 30 (trinta) dias da data de proferimento ou ainda, não seja apresentado recurso cabível dentro do prazo legal, cujo cumprimento (ou falta dele) venha a resultar em Efeito Adverso Relevante;

1. ocorrência de vencimento antecipado de qualquer instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer dos Avalistas façam parte, na qualidade de devedor(es) ou garantidor(es), cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R$ [=] ([=]), no caso da Emissora, ou R$ [=] ([=]), no caso dos Avalistas de forma consolidada, em qualquer dos casos, atualizado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas;
2. inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias exigíveis da Emissora e/ou de qualquer dos Avalistas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R$ [=] ([=]), no caso da Emissora, ou R$ [=] ([=]), no caso dos Avalistas de forma consolidada, em qualquer dos casos, atualizado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, e que não seja regularizada considerando o prazo de cura estabelecido no respectivo contrato ou em outro prazo adicional conferido pelo credor de tal obrigação;
3. protesto de títulos ou inscrição em quaisquer cadastros negativos de devedores por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer dos Avalistas seja diretamente responsável e cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R$ [=] ([=]), no caso da Emissora, ou R$ [=] ([=]), no caso dos Avalistas de forma consolidada, em qualquer dos casos, atualizado anualmente pela variação acumulada do IPCA desde a Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se for validamente comprovado à Titular das Notas Comerciais, no prazo indicado na respectiva notificação de protesto ou no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do respectivo protesto, o que for menor, que o referido protesto foi **(1)** sustado ou cancelado; **(2)** efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou **(3)** objeto de medida judicial que o tenha suspendido;
4. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer dos alvarás, autorizações, subvenções e/ou licenças, inclusive as ambientais, da Emissora, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, incluindo, mas não se limitando àqueles necessários para a construção, desenvolvimento e/ou implementação do Empreendimento Alvo Pintassilgo, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove à Titular das Notas Comerciais que **(1)** o respectivo alvará, autorização, subvenção e/ou licença foi obtido e/ou renovado, conforme o caso; **(2)** foi obtido provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e a construção, desenvolvimento e/ou implementação do Empreendimento Alvo Pintassilgo até a obtenção ou renovação do referido alvará, autorização ou licença; ou **(3)** seja obtido provimento jurisdicional que elide os efeitos de tal cancelamento, revogação ou suspensão;
5. não entrega, pela Emissora à Titular das Notas Comerciais, do Cronograma de Obras até [=] de [=] de 20[=];
6. descumprimento inicial do Cronograma de Obras em prazo superior a 30 (trinta) Dias Úteis exceto se em decorrência de caso fortuito ou força maior (“Descumprimento do Cronograma de Obras Inicial”), sem que seja apresentado pela Emissora, direta ou indiretamente, o replanejamento do Cronograma de Obras no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do referido desenquadramento, ou que, ainda que atendido tal prazo, o referido replanejamento não seja aprovado pela Titular das Notas Comerciais, conforme orientação dos Titulares dos CRI reunidos em Assembleia Especial, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de apresentação do referido novo Cronograma de Obras;
7. interrupção ou prorrogação do prazo final para conclusão das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo conforme o Cronograma de Obras, salvo por motivos de força maior ou caso fortuito, ou, ainda, por razões de origem alheia à vontade da Emissora, desde que justificado pela Emissora;
8. paralisação das obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo, por qualquer motivo, por período superior a 30 (trinta) dias, exceto em caso fortuito ou força maior; ou
9. caso a Emissora, na hipótese de atraso por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para disponibilização do Relatório do Acompanhamento de Obras pela Empresa de Gerenciamento de Obras, não permita o acesso às obras do Empreendimento Alvo Pintassilgo à Titular das Notas Comerciais, aos Titulares dos CRI e/ou aos representantes que por estes venham a ser contratados.
   * + - 1. Na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos descritos na cláusula 10.2.1 acima, a Emissora ficará automaticamente constituída em mora, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, cabendo à Titular das Notas Comerciais se manifestar acerca da declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, com base em deliberação dos Titulares dos CRI reunidos em Assembleia Especial convocada especialmente para este fim nos termos do Termo de Securitização, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data em que tiver tomado ciência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado, por meio da Comunicação de Vencimento Antecipado. Caso a Titular das Notas Comerciais não envie a Comunicação de Vencimento Antecipado ou não se pronuncie de qualquer forma no referido prazo, não será declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais.

Será dispensado o envio da Comunicação de Vencimento Antecipado pela Titular das Notas Comerciais caso a Emissora tenha comparecido à Assembleia Especial de Titulares dos CRI convocada para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Notas Comerciais.

* + - * 1. A Emissora se obriga a comunicar a Titular das Notas Comerciais, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre a ocorrência e a data de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado que tenha ciência. Adicionalmente, a Emissora obriga-se a enviar à Titular das Notas Comerciais, sempre que por esta solicitado, declaração atestando a ocorrência ou não de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, bem como os documentos necessários à sua comprovação, se aplicável.
  1. **Valor de Vencimento Antecipado**
     + - 1. A Emissora deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado (ou da data da realização da Assembleia Especial de Titulares dos CRI a que tenha comparecido a Emissora, conforme o caso), efetuar o pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Unitário Atualizado e acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido, ainda, de Encargos Moratórios, se for o caso, e dos valores referentes às Despesas, deduzidos os eventuais valores já recebidos e provisionados pela Titular das Notas Comerciais no Fundo de Despesas, nos termos deste Termo de Emissão (“Valor de Vencimento Antecipado”).
         2. O Valor de Vencimento Antecipado recebido pela Titular das Notas Comerciais deverá ser utilizado para a liquidação antecipada dos CRI, observados os termos previstos no Termo de Securitização.

1. CLÁUSULA ONZE  
   INDENIZAÇÃO
   1. A Emissora se obriga a, a partir da data de assinatura deste Termo de Emissão, indenizar e manter a Titular das Notas Comerciais indene contra quaisquer demandas, obrigações, perdas e danos de qualquer natureza direta ou indiretamente sofridos pela Titular das Notas Comerciais, originados de ou relacionados a:
      1. falsidade ou, conforme aplicável, inconsistência, incorreção ou insuficiência material, contida em quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora nos termos deste Termo de Emissão ou de quaisquer dos demais Documentos da Operação;
      2. ação ou omissão da Emissora, decorrente de dolo ou culpa grave, no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Termo de Emissão, dos Documentos da Operação e/ou de qualquer forma relacionadas à Operação de Securitização;
      3. demandas, ações ou processos instaurados a fim de discutir:
         1. os Créditos Imobiliários NC ou as Notas Comerciais; ou
         2. a constituição das Garantias, exceto se tais demandas, ações ou processos se relacionarem a ato ou omissão da Titular das Notas Comerciais.
            1. Sem prejuízo da obrigação de indenização assumida nos termos desta Cláusula 10, a Emissora se obriga a fornecer os documentos e informações de que dispõe e que sejam necessários para defesa dos interesses da Titular das Notas Comerciais contra as demandas, processos, ações, obrigações, perdas e danos mencionados na referida cláusula 11.1 acima.
2. CLÁUSULA DOZE  
   COMUNICAÇÕES
   1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Termo de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
      1. *para a Emissora:*

**[SPE PINTASSILGO]**

[Avenida/Rua] [=], nº [=], [Bairro]

CEP: [=], [Cidade] – [Estado]

At.: [=]

Telefone: [=]

E-mail: [=]

* + 1. *para os Avalistas:*

**LOTE 5 DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.**

**ARTHUR MATARAZZO BRAGA;**

**ASTÉRIO VAZ SAFATLE;**

**FERNANDO BRUNO DE ALBUQUERQUE;**

**LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO; e**

**RICARDO SETTON**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Jardim Paulistano

CEP: 01.452-000, São Paulo - SP

At.: [=]

Telefone: [=]

E-mail: [=]

* + 1. *para a Titular das Notas Comerciais:*

**CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**

Rua Iguatemi, nº 192, cj. 152, Itaim Bibi

CEP 01.451-010, São Paulo – SP

At.: [=]

Telefone: [=]

E-mail: [=]

* + - * 1. As comunicações referentes a este Termo de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “*aviso de recebimento*” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, bem como quaisquer outros serviços de entrega que ofereçam protocolo de recebimento, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.
        2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.
        3. Para fins do disposto no subitem (b) da cláusula 12.1 acima, as Cônjuges Anuentes, pelo presente Termo de Emissão, constituem os Avalistas PF como seus legítimos mandatários, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para, em seu nome, receber validamente quaisquer comunicações, notificações, citações ou intimações relacionadas às obrigações decorrentes deste Termo de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação.

1. CLÁUSULA TREZE  
   DESPESAS
   1. **Despesas Ordinárias**
      * + 1. Todas e quaisquer despesas relacionadas à Operação de Securitização, conforme descritas no [**Anexo VI**] deste Termo de Emissão e no Termo de Securitização (“Despesas”), serão arcadas exclusivamente, direta ou indiretamente, pela Emissora, sendo que os pagamentos poderão ser efetivados diretamente pela Emissora ou pela Titular das Notas Comerciais (por conta e ordem da Emissora) com recursos depositados na Conta Centralizadora, nos termos da cláusula 13.1.1.1 abaixo e do Termo de Securitização:
2. todos os emolumentos, taxas e comissões de custódia da B3, da CVM e da ANBIMA, conforme aplicável, relativos tanto à CCI quanto aos CRI;
3. remuneração, pela Emissão dos CRI, devida à Titular das Notas Comerciais, em parcela única no montante equivalente a R$ [=] ([=]), a ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de pagamento;
4. remuneração, pela prestação dos serviços de distribuição no âmbito da Oferta Restrita dos CRI, devida à Titular das Notas Comerciais, em parcela única no valor R$ [=] ([=]), a ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
5. remuneração, pela administração do Patrimônio Separado, devida à Titular das Notas Comerciais, no valor mensal de R$ [=] ([=]), a ser corrigido anualmente, *pro rata temporis* a partir da data de pagamento da primeira parcela, pela variação acumulada positiva do IPCA (ou, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo), devendo a primeira parcela ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI e as demais parcelas serem pagas nas mesmas datas dos meses subsequentes, até a integral liquidação dos CRI, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento (“Custo de Administração”). A Titular das Notas Comerciais administrará ordinariamente o Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, notadamente a dos fluxos de recebimento dos Créditos Imobiliários e de pagamento de amortização, juros remuneratórios e eventuais encargos moratórios dos CRI, conforme aplicável, aos titulares dos CRI, observado que eventuais resultados financeiros pela administração ordinária do fluxo recorrente dos Créditos Imobiliários poderá ser utilizado a favor da Titular das Notas Comerciais na qualidade de titular dos Créditos Imobiliários;
6. remuneração, pela prestação dos serviços de escrituração das Notas Comerciais, devida ao Escriturador, no valor mensal de R$ [=] ([=]), a ser corrigido anualmente, *pro rata temporis* a partir da data de pagamento da primeira parcela, pela variação acumulada positiva do IPCA (ou, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo), devendo a primeira parcela ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização das Notas Comerciais e as demais parcelas serem pagas nas mesmas datas dos meses subsequentes, até a integral liquidação das Notas Comerciais, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
7. remuneração, pela prestação dos serviços de escrituração e de liquidação financeira dos CRI, devida ao Escriturador dos CRI e ao Banco Liquidante dos CRI, no valor mensal de R$ [=] ([=]), a ser corrigido anualmente, *pro rata temporis* a partir da data de pagamento da primeira parcela, pela variação acumulada positiva do IPCA (ou, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo), devendo a primeira parcela ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI e as demais parcelas serem pagas nas mesmas datas dos meses subsequentes, até a integral liquidação dos CRI, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
8. remuneração devida à Instituição Custodiante: **(a)** pela implantação e registro das CCI, em parcela única no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser paga até o 1º (primeiro) Dia Útil a contar da data de integralização dos CRI; e **(b)** pela custódia das Escrituras de Emissão de CCI, o valor trimestral de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo a primeira parcela devida no mesmo dia do vencimento da parcela do item “a”, e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes. As parcelas citadas no item “a” acima poderão ser faturadas por qualquer empresa do grupo econômico da Instituição Custodiante. As parcelas citadas no item “b” acima serão acrescidas de ISS, PIS, COFINS, CSLL, IRRF e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração da Instituição Custodiante nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida à Instituição Custodiante, sobre os débitos em atraso incidirão multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA acumulado, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*. A remuneração prevista nesta alínea “g” não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente registrador e instituição custodiante durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela emissora das Escrituras de Emissão de CCI, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da emissora da CCI ou mediante reembolso, após prévia aprovação, sempre que possível, quais sejam: custos com o Sistema de Negociação, publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos titulares dos CRI;
9. remuneração, devida ao Agente Fiduciário dos CRI: **(i)** uma parcela única de implantação no valor de R$ [=] ([=]) a ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil a contar da primeira Data de Integralização dos CRI; **(ii)** parcelas semestrais de verificação da Destinação dos Recursos de destinação futura, no valor de R$ [=] ([=]), devida em [=] de julho e [=] de janeiro de cada ano, sendo o primeiro devido em [=] de janeiro de 2023, referente ao semestre findo em dezembro de 2022; e **(iii)** demais parcelas anuais no valor de R$ [=] ([=]), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil a contar da primeira Data de Integralização dos CRI e as demais a serem pagas no mesmo dia do vencimento da primeira parcela dos anos subsequentes, até a quitação integral dos CRI. Caso não haja integralização dos CRI e a oferta seja cancelada, o valor descrito no item c acima será devido a título de “*abort fee*”. A remuneração acima não inclui a eventual assunção do Patrimônio Separado. Nas operações de securitização em que a constituição do lastro se der pela correta destinação de recursos pela Emissora, em razão das obrigações legais impostas ao Agente Fiduciário dos CRI, em caso de possibilidade de resgate ou vencimento antecipado do título, permanecem exigíveis as obrigações da Emissora e do Agente Fiduciário dos CRI até o vencimento original dos CRI ou até que a destinação da totalidade dos recursos decorrentes da emissão seja efetivada e comprovada. Desta forma fica contratado e desde já ajustado que a Emissora assumirá a integral responsabilidade financeira pelos honorários do Agente Fiduciário dos CRI até a integral comprovação da destinação dos recursos. Pela prestação de serviços extraordinários de agente fiduciário no âmbito da Operação de Securitização, nos termos da legislação em vigor e do Termo de Securitização, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias dos CRI ou de reestruturação das condições dos CRI após a data de integralização dos CRI após a data de integralização dos CRI (incluindo, mas não se limitando, a **(1)** execução das garantias, **(2)** comparecimento em reuniões formais ou conferências telefônicas com a Emissora, a Titular das Notas Comerciais, os Titulares dos CRI e demais partes da Emissão, inclusive Assembleias Especiais, **(3)** análise e/ou confecção de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação e atas de assembleias gerais, e **(4)**implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos), no valor de R$ [=] ([=]) por hora-homem de trabalho dedicado, limitado a R$ [=] ([=]) por ano, remuneração esta a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Titular das Notas Comerciais do respectivo “*Relatório de Horas*”; sendo certo que que todas as despesas ora devidas ao Agente Fiduciário dos CRI serão acrescidas dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
10. remuneração, pelos serviços de auditoria independente do Patrimônio Separado, devida aos auditores independentes do Patrimônio Separado, no valor anual inicial de R$ [=] ([=]), a ser corrigido anualmente, *pro rata temporis* a partir da data de pagamento da primeira parcela, pela variação acumulada positiva do IPCA (ou, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo), por cada auditoria a ser realizada, podendo este valor ser ajustado em decorrência de eventual substituição do auditor independente ou ajuste na quantidade de horas estimadas pela equipe de auditoria, acrescido da remuneração da contratação de terceiros para a elaboração dos relatórios exigidos pela Instrução da CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada, devendo a primeira parcela ser paga, de forma antecipada à realização da auditoria, até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI e as demais parcelas a serem pagas nas mesmas datas dos anos subsequentes, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
11. remuneração, pelos serviços de assessoria legal no âmbito da Operação de Securitização, devida ao escritório **Papi, Maximiano, Kawasaki e Advogados Associados**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 03.834.440/0001-32, em parcela única no montante equivalente a R$ [=] ([=]), a ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de integralização dos CRI, sendo que a referida despesa será acrescida dos seguintes impostos: **(a)** ISS; **(b)** CSLL; **(c)** PIS; **(d)** COFINS; e **(e)** IRRF, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de pagamento;
12. todas as despesas diretas relativas à abertura e manutenção da Conta Centralizadora devidamente comprovadas, por meio da apresentação de cópia dos respectivos recibos, e desde que tenham sido previamente aprovadas em caso de valores individuais ou cumulativos superiores a R$ [=] ([=]), que não poderá ser negada sem justificativa, a serem pagas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário dos CRI ou pela Titular das Notas Comerciais nesse sentido;
13. todas as despesas razoavelmente incorridas e devidamente comprovadas, por meio da apresentação de cópia dos respectivos recibos, pelo Agente Fiduciário dos CRI, que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Titulares de CRI ou para realização dos seus créditos, incluindo custos relacionados à realização de Assembleia Especial de Titulares dos CRI, e desde que tenham sido previamente aprovadas em caso de valores individuais ou cumulativos superiores a R$ [=] ([=]), que não poderá ser negada sem justificativa, a serem pagas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário dos CRI nesse sentido;
14. despesas razoáveis e comprovadas, por meio da apresentação de cópia dos respectivos recibos, com gestão, cobrança, realização e administração do Patrimônio Separado e outras despesas indispensáveis à administração dos Créditos Imobiliários, desde que tenham sido previamente aprovadas em caso de valores individuais ou cumulativos superiores a R$ [=] ([=]), que não poderão ser negadas sem justificativa, incluindo: **(a)** a remuneração dos prestadores de serviços, **(b)** as despesas com sistema de processamento de dados, **(c)** as despesas cartorárias com autenticações, reconhecimento de firmas, emissões de certidões, registros de atos em cartórios e emolumentos em geral, **(d)** as despesas com cópias, impressões, expedições de documentos e envio de correspondências, **(e)** as despesas com publicações de balanços, relatórios e informações periódicas, **(f)** as despesas com empresas especializadas em cobrança, leiloeiros e comissões de corretoras imobiliárias, e **(g)** quaisquer outras despesas diretas relacionadas à administração dos Créditos Imobiliários e do Patrimônio Separado, inclusive as referentes à sua transferência para outra companhia securitizadora de créditos imobiliários, na hipótese de o Agente Fiduciário dos CRI vir a assumir a sua administração, nos termos previstos no Termo de Securitização;
15. averbações, tributos, prenotações e registros em cartórios de registro de imóveis e títulos e documentos e junta comercial, quando for o caso, bem como as despesas relativas a alterações dos Documentos da Operação, conforme previsto neste Termo de Emissão e no Termo de Securitização;
16. honorários, despesas e custos relacionados à contratação de terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais, bem como as despesas razoáveis e devidamente comprovadas, e desde que tenham sido previamente aprovadas, que não poderão ser negadas sem justificativa, por meio de apresentação de cópia dos respectivos recibos, com eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, incluindo sucumbência, incorridas, de forma justificada, para resguardar os interesses dos Titulares de CRI e a realização dos Créditos Imobiliários integrantes do Patrimônio Separado;
17. as perdas e danos diretos comprovados, obrigações ou despesas diretas comprovadas, incluindo taxas e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz, no âmbito da Operação de Securitização, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de inadimplemento, dolo ou culpa por parte da Titular das Notas Comerciais ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes, conforme vier a ser determinado em decisão judicial transitada em julgado; e
18. quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Titular das Notas Comerciais e/ou ao Patrimônio Separado e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Titular das Notas Comerciais, de suas obrigações assumidas no Termo de Securitização.

A Titular das Notas Comerciais fica autorizada a deduzir da integralização das Notas Comerciais o montante das despesas iniciais (*flat*) conforme descritas no [**Anexo VI**] a este Termo de Emissão (“Despesas Iniciais”). As demais Despesas serão arcadas pelo Fundo de Despesas.

Na hipótese da data de vencimento dos CRI vir a ser prorrogada por deliberação da Assembleia Especial de Titulares dos CRI, ou ainda, após a data de vencimento dos CRI, a Titular das Notas Comerciais, o Agente Fiduciário dos CRI, o Banco Liquidante dos CRI e/ou o Escriturador dos CRI continuarem exercendo as suas funções, as Despesas previstas na cláusula 13.1 acima, conforme o caso, continuarão sendo devidas.

O Custo de Administração será custeado pelo Fundo de Despesas ou pelos recursos do Patrimônio Separado, e continuará sendo devido, mesmo após o vencimento dos CRI, caso a Titular das Notas Comerciais ainda esteja atuando em nome dos titulares de CRI, de forma proporcional aos meses de atuação da Titular das Notas Comerciais. Caso os recursos do Fundo de Despesas ou, alternativamente, do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento do Custo de Administração, os titulares de CRI arcarão com o Custo de Administração.

* 1. **Despesas Adicionais**
     + - 1. Quaisquer despesas não recorrentes não mencionadas na cláusula 13.1 acima e relacionadas à Operação de Securitização, comprovadamente incorridas pela Titular das Notas Comerciais serão arcadas com recursos do Fundo de Despesas (ou diretamente pela Emissora, em caso de insuficiência do Fundo de Despesas), inclusive as seguintes despesas razoavelmente incorridas ou a incorrer e devidamente comprovadas pela Titular das Notas Comerciais, necessárias ao exercício pleno de sua função (“Despesas Extraordinárias”): **(i)** registro de documentos, notificações, extração de certidões em geral, reconhecimento de firmas em cartórios, cópias autenticadas em cartório e/ou reprográficas, emolumentos cartorários, custas processuais, periciais e similares, bem como quaisquer prestadores de serviço que venham a ser utilizados para a realização dos procedimentos listados neste item (i); **(ii)** contratação de prestadores de serviços não determinados nos Documentos da Operação, inclusive assessores legais, agentes de auditoria, fiscalização e/ou cobrança; e **(iii)** publicações em jornais e outros meios de comunicação, locação de imóvel, contratação de colaboradores, bem como quaisquer outras despesas necessárias para realização de Assembleias Especiais de Titulares dos CRI.
         2. Quaisquer Despesas Extraordinárias com valor isolado superior a R$ [=] ([=]) ou que, em montante agregado considerando a totalidade das Despesas Extraordinárias incorridas até o referido momento sejam superiores a R$ [=] ([=]), deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.
  2. **Reestruturação da Operação de Securitização e Despesas**
     + - 1. Em qualquer Reestruturação que venha a ocorrer ao longo do prazo de duração dos CRI, que implique a elaboração de aditamentos aos Documentos da Operação e/ou na realização de Assembleias Especiais de Titulares dos CRI, será devida pela Emissora à Titular das Notas Comerciais, uma remuneração adicional, equivalente a R$ [=] ([=]) por hora de trabalho dos profissionais da Titular das Notas Comerciais dedicados a tais atividades, corrigidos a partir da data da emissão dos CRI pela variação acumulada do IPCA no período anterior, a ser arcada da forma prevista na cláusula 12.1 acima. Tal valor de remuneração adicional estará limitado a, no máximo, R$ [=] ([=]). Também deverão ser arcados da forma prevista na cláusula 12.1 acima todos os custos decorrentes da formalização e constituição dessas alterações, inclusive aqueles relativos a honorários advocatícios razoáveis devidos ao assessor legal escolhido de comum acordo entre as Partes, acrescido das despesas e custos devidos a tal assessor legal. O pagamento da remuneração prevista nesta cláusula ocorrerá sem prejuízo da remuneração devida a terceiros eventualmente contratados para a prestação de serviços acessórios àqueles prestados pela Titular das Notas Comerciais.

Para fins deste Termo de Emissão, entende-se por “Reestruturação”, a alteração de condições relacionadas **(i)** às condições essenciais dos CRI, tais como datas de pagamento, remuneração, data de vencimento final, fluxos operacionais de pagamento ou recebimento de valores, carência ou *covenants* operacionais ou financeiros; e **(ii)** ofertas de resgate, repactuação, aditamentos aos Documentos da Operação e realização de Assembleias Especiais de Titulares dos CRI.

* 1. **Reembolso de Despesas**
     + - 1. As Despesas recorrentes que eventualmente sejam pagas diretamente pela Titular das Notas Comerciais, com a devida comprovação, por meio de recursos do Patrimônio Separado, e caso não haja recursos no Fundo de Despesas, deverão ser reembolsadas pela Emissora, mediante o aporte de recursos na Conta Centralizadora ou mediante a retenção de valores depositados na Conta Centralizadora que devessem ser pagos à Emissora a título de restituição de preço, observado que, em nenhuma hipótese a Titular das Notas Comerciais possuirá a obrigação de utilizar recursos próprios para o pagamento de Despesas.
  2. **Insuficiência de Recursos na Conta Centralizadora**
     + - 1. Na hipótese de eventual insuficiência de recursos no Fundo de Despesas e no Patrimônio Separado para fazer frente às Despesas, a Titular das Notas Comerciais poderá notificar os Titulares dos CRI para que realizem o aporte de recursos na Conta Centralizadora, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento da referida notificação.
  3. **Transferência de recursos à Emissora**
     + - 1. Sem prejuízo do disposto no Termo de Securitização, caso, após o pagamento da totalidade dos valores devidos a título de amortização e juros dos CRI e dos custos e despesas do Patrimônio Separado, sobejarem Créditos Imobiliários NC, seja na forma de recursos ou de créditos, tais recursos e/ou créditos, incluindo seus rendimentos, devem ser restituídos pela Titular das Notas Comerciais à Emissora, sendo que os créditos na forma de recursos líquidos de tributos deverão ser depositados (incluindo seus rendimentos líquidos de tributos) pela Titular das Notas Comerciais na Conta da Emissora, ressalvados os benefícios fiscais oriundos destes rendimentos.

1. CLÁUSULA QUATORZE  
   DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. **Renúncia**
      * + 1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Termo de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Titular das Notas Comerciais em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Termo de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
   2. **Veracidade da Documentação**
      * + 1. Sem prejuízo do dever de diligência da Titular das Notas Comerciais, esta assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. A Titular das Notas Comerciais não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
          2. Para tomar as decisões necessárias com relação ao disposto neste Termo de Emissão, a Titular das Notas Comerciais não foi e nem será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.
   3. **Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**
      * + 1. Este Termo de Emissão constitui títulos executivos extrajudiciais nos termos dos inciso I do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Termo de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Notas Comerciais, nos termos deste Termo de Emissão.
   4. **Cômputo dos Prazos**
      * + 1. Exceto se de outra forma especificamente disposto neste Termo de Emissão, os prazos e períodos aqui estabelecidos serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluída a data do evento que causou o início do respectivo prazo ou período e incluindo-se o último dia do prazo ou período em questão.
          2. Todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se expressamente indicado de modo diverso.
          3. Todos os prazos e períodos estabelecidos neste Termo de Emissão que não se encerrarem em um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer penalidade e/ou acréscimo aos valores a serem pagos, se for o caso.
   5. **Irrevogabilidade e Sucessores**
      * + 1. O presente Termo de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
   6. **Despesas**
      * + 1. A Emissora arcará com todos os custos de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como este Termo de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora.
   7. **Operação Estruturada**
      * + 1. Por força da vinculação do presente Termo de Emissão aos Documentos da Operação, fica, desde já, estabelecido que as manifestações de vontade realizadas pela Titular das Notas Comerciais neste Termo de Emissão dependem da orientação prévia dos Titulares dos CRI, reunidos em Assembleia Especial, nos termos do Termo de Securitização.
          2. As Partes se comprometem a não onerar, de qualquer maneira, e não agir de forma que possibilite a modificação de qualquer característica dos Créditos Imobiliários NC, e reconhecem que, para consecução da Operação de Securitização, é essencial que os Créditos Imobiliários NC permaneçam com suas características originais, conforme estabelecidas neste Termo de Emissão, sendo certo que eventual alteração dessas características poderá interferir no lastro dos CRI.
   8. **COVID-19**
      * + 1. As Partes declaram e reconhecem, ainda, que **(a)** o presente Termo de Emissão está sendo celebrada durante a pandemia mundial relacionada à doença denominada COVID-19; **(b)** resolveram celebrar o presente Termo de Emissão cientes de que a pandemia causou, e ainda pode causar, severos efeitos negativos sobre a economia brasileira; e **(c)** a declaração do item (b) acima impedirá, em eventual disputa, a alegação de que a pandemia e os efeitos dela decorrentes eram fatos imprevisíveis ou caracterizadores de caso fortuito ou força maior, observado, em todo caso, que uma nova onda ou um agravamento da referida pandemia da COVID-19 que ocasione novas medidas restritivas e agravamento do isolamento social que impactem diretamente na construção civil e/ou *lockdown* poderá ser caracterizada hipótese de caso fortuito ou força maior.
   9. **Lei Geral de Proteção de Dados**
      * + 1. As Partes se obrigam a cumprir, sem quaisquer ressalvas, as disposições contidas na LGPD quando do tratamento de dados pessoais relacionados o presente Termo de Emissão e aos demais Documentos da Operação, devendo observar a boa-fé e os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas previstos na LGPD. As Partes devem, ainda, **(a)** tomar medidas para informar sua equipe sobre a responsabilidade, requisitos e condições para o tratamento de dados; **(b)** notificar a outra quando souberem ou suspeitarem da ocorrência de violação da LGPD; **(c)** auditar e investigar eventual suspeita de violação à legislação e tomar todas as medidas possíveis necessárias para conter ou eliminar a exposição de dados; **(d)** buscar resoluções para atenuar qualquer dano decorrente do tratamento de dados pessoais dos tomadores, entre outras medidas cabíveis e mecanismos aplicáveis para mitigação de risco.
          2. As Partes consentem, de maneira livre, esclarecida e inequívoca, com a utilização de seus dados pessoais para a realização da operação de crédito ora estabelecida, nos termos e propósitos contidos neste Termo de Emissão e nos demais Documentos da Operação, autorizando expressamente, desde já, o compartilhamento destas informações com as partes envolvidas.
          3. Em nenhuma circunstância, a Titular das Notas Comerciais ou quaisquer de seus profissionais serão responsáveis por indenizar a Emissora, quaisquer respectivos contratados, executivos, empregados, prepostos, ou terceiros direta ou indiretamente envolvidos com os serviços a serem prestados pela Titular das Notas Comerciais, exceto na hipótese comprovada de dolo da Titular das Notas Comerciais, conforme decisão transitada em julgado proferida por juízo ou tribunal competente. Tal indenização ficará limitada aos danos diretos comprovados efetivamente causados por dolo da Titular das Notas Comerciais, conforme o caso, e é limitada ao montante correspondente à somatória das remunerações devidas à Titular das Notas Comerciais nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores à ocorrência do dano, de modo que a Emissora, desde já, renuncia, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer indenização em valor superior ao aqui previsto.
   10. **Assinaturas Eletrônicas**
       * + 1. Para todos os fins de direito, as Partes reconhecem a validade do meio de comprovação da autoria das assinaturas eletrônicas apostas neste Termo de Emissão, bem como a integridade e autenticidade da sua versão digital como válida e exequível, nos termos da legislação vigente, notadamente artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/01.
           2. Para este fim, serão utilizados serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança da assinatura digital por meio da sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade.
           3. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa) de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste Termo de Emissão, exceto se outra forma for exigida pelos Cartórios de RTD, pelo RGI Competente e/ou por quaisquer demais órgãos competentes, hipótese em que as Partes se comprometem a atender eventuais solicitações no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data da exigência (ou prazo inferior, se assim solicitado pela autoridade competente).
   11. **Lei Aplicável**
       * + 1. Este Termo de Emissão é regida e interpretada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.
   12. **Foro**
       * + 1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir todas e quaisquer questões ou litígios oriundos deste Termo de Emissão, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente Termo de Emissão de forma eletrônica, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e a intermediação de entidade certificadora devidamente credenciada e autorizada a funcionar no país, de acordo com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que aceitam a assinatura eletrônica como manifestação de vontade plenamente válida e eficaz.

São Paulo - SP, [=] de setembro de 2022.

*(As assinaturas se encontram nas páginas seguintes)*

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 1 de 5 da “Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”)*

***Na qualidade de Emissora:***

**[SPE PINTASSILGO]**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* |

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 2 de 5 da “Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”)*

***Na qualidade de Titular das Notas Comerciais:***

**CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* |

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 3 de 5 da “Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”)*

***A avalista Lote 5:***

**LOTE 5 DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* |

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 4 de 5 da “Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”)*

***Na qualidade de Avalistas PF:***

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **ARTHUR MATARAZZO BRAGA**  *CPF/ME nº 765.993.378-72*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **[=]**  *CPF/ME nº [=]*  *E-mail: [=]*  *(outorga uxória, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro)* |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **ASTÉRIO VAZ SAFATLE**  *CPF/ME nº 087.493.368-43*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **SIMEI DE BRITTO GOMES SAFATLE**  *CPF/ME nº 066.447.798-40*  *E-mail: [=]*  *(outorga uxória, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro)* |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  FERNANDO BRUNO DE ALBUQUERQUE  *CPF/ME nº 010.549.728-26*  *E-mail: [=]* | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO**  *CPF/ME nº 064.006.118-43*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **ADRIANA DE CASTRO SILVEIRA PINTO**  *CPF/ME nº 130.340.708-61*  *E-mail: [=]*  *(outorga uxória, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro)* |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **RICARDO SETTON**  *CPF/ME nº 089.560.948-70*  *E-mail: [=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **[=]**  *CPF/ME nº [=]*  *E-mail: [=]*  *(outorga uxória, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro)* |

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

*(Página de assinaturas 5 de 5 da “Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”)*

**Testemunhas*:***

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail:* *[=]* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *Nome: [=]*  *CPF/ME: [=]*  *E-mail: [=]* |

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO I da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

Cronograma das Datas de Pagamento das Notas Comerciais

**[Nota PMK: A ser incluído oportunamente]**

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO II da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

Cronograma Indicativo de Uso dos Recursos da Destinação dos Recursos

| Imóvel Lastro  (RGI/Endereço) | Proprietário(s) | Possui Habite-se? | Valor estimado de recursos da Emissão a serem alocados no Imóvel Lastro | Percentual do valor estimado de recursos da Emissão para o Imóvel Lastro | Montante de recursos destinados ao Empreendimento decorrentes de outras fontes de recursos | Empreendimento objeto de destinação de recursos de outra emissão de certificados de recebíveis imobiliários? |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| [=] | [=] | [=] | R$ [=] | [=]% | [=] | [=] |
|  | **TOTAL** | | **R$** [=] | [=]**%** |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CRONOGRAMA INDICATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (em milhares)** | | | | | | | | | |
| **2º semestre fiscal** | **1º semestre fiscal** | **2º semestre fiscal** | **1º semestre fiscal** | **2º semestre fiscal** | **1º semestre fiscal** | **2º semestre fiscal** | **1º semestre fiscal** | **2º semestre fiscal** | **1º semestre fiscal** |
| **2022** | **2023** | **2023** | **2024** | **2024** | **2025** | **2025** | **2026** | **2026** | **2027** |
| **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** | **R$** |
| **0** | **[=]** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |

Este cronograma é indicativo e não vinculante, sendo que, caso necessário, considerando a dinâmica comercial do setor no qual atua, a Emissora poderá destinar os recursos provenientes da integralização das Notas Comerciais em datas diversas das previstas neste Cronograma Indicativo, observada a obrigação desta de realizar a integral Destinação dos Recursos até a Data de Vencimento dos CRI ou até que a Emissora comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro.

O Cronograma Indicativo é meramente tentativo e indicativo e, portanto, se, por qualquer motivo, ocorrer qualquer atraso ou antecipação do cronograma tentativo tal fato não implicará em um Evento de Vencimento Antecipado. Adicionalmente, a verificação da observância ao Cronograma Indicativo deverá ser realizada de maneira agregada, de modo que a destinação de um montante diferente daquele previsto no Cronograma Indicativo para um determinado semestre poderá ser compensada nos semestres seguintes.

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO III da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

Modelo de Relatório Semestral da Destinação dos Recursos

São Paulo, [*•*] de [*•*] de [*•*]

À

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

*Período: [•].[•].[•] até [•].[•].[•]*

A **[SPE Pintassilgo]**, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da cláusula 4.5.2.2 da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”* datada de [=] de setembro de 2022 (conforme eventualmente alterada de tempos em tempos, “Termo de Emissão”), vem, pelo presente, atestar que, do volume total de recursos obtidos com a integralização das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Emissão), foram utilizados, durante o período acima, recursos em montante correspondente a R$ [•] ([•] reais), conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Status da Obra (%)** | **Destinação dos recursos/etapa do projeto: (aquisição, construção ou reforma)** | **Documento (Nº da Nota Fiscal (NF-e) /DOC [x] / e outros** | **Comprovante de pagamento: recibo [x] / TED [x] / boleto (autenticação) e outros** | **Percentual do recurso utilizado no semestre** | | **Valor gasto no semestre** |
| **[●]** | **[●]** | **[●]** | **[●]** | **[●]** | | **[●]** |
| **Total destinado no semestre** | | | | | **R$ [●]** | |
| **Valor total desembolsado à Devedora** | | | | | **R$ [●]** | |
| **Saldo a destinar** | | | | | **R$ [●]** | |
| **Valor Total da Oferta** | | | | | **R$ [●]** | |

Atenciosamente,

**[SPE Pintassilgo]**

*(Campo de assinaturas a ser inserido)*

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO IV da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

**Modelo do Boletim de Subscrição das Notas Comerciais**

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE NOTAS COMERCIAIS Nº [•]**

**1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA**

**[SPE PINTASSILGO]**

CNPJ/ME nº [=]

[Avenida/Rua] [=], nº [=], [Bairro]

CEP [=]

Município de São Paulo, Estado de São Paulo

(“Emissora”)

Boletim de subscrição (“Boletim de Subscrição”) de notas comerciais, não conversíveis em quotas ou qualquer outro título ou ativo representativo de participação societária na Emissora, em série única, com garantias reais e fidejussórias, da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Notas Comerciais” e “Emissão”, respectivamente), para colocação privada, conforme disposto na *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”,* celebrada em [=] de setembro de 2022 entre a Emissora e a **CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, sociedade por ações com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “[=]” e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 60”), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, cj. 152, Itaim Bibi, CEP 01.451-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.468.139/0001-98 (“Termo de Emissão”).

***Os termos utilizados no presente Boletim de Subscrição, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam definidos de outra forma neste Boletim de Subscrição, terão o significado que lhes é atribuído no Termo de Emissão.***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| * 1. **QUALIFICAÇÃO DA EMISSORA** | | | | | |
| **Razão Social**:  [SPE Pintassilgo] | | | | **CNPJ/ME**:  [=] | |
| **Endereço**:  [=] | | | | **Nº**  [=] | **Comp.**:  [=] |
| **Bairro**:  [=] | **CEP**:  [=] | **Cidade**:  São Paulo | **UF**:  SP | **País**:  Brasil | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| * 1. **QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR** | | | | | | | |
| **Razão Social**:  Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A. | | | | | **CNPJ/ME**:  31.468.139/0001-98 | | |
| **Endereço**:  Rua Iguatemi | | | | | **Nº**  192 | **Comp.**:  Conjunto 152 | |
| **Bairro**:  Itaim Bibi | **CEP**:  01.451-010 | **Cidade**:  São Paulo | **UF**:  SP | **País**:  Brasil | | |

|  |
| --- |
| * 1. **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO** |
| 1. *Emissão*: 1ª Emissão; 2. *Número de Séries*: Série única; 3. *Data de Emissão*: [=] de setembro de 2022 (“Data de Emissão”); 4. *Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade:* as Notas Comerciais não serão conversíveis em quotas ou qualquer outro título ou ativo representativo de participação societária na Emissora, e foram emitidas sob a forma escritural, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada por extrato emitido pela instituição prestadora de serviços de escrituração que venha a ser contratada no âmbito da Emissão; 5. *Valor Nominal Unitário*: R$ [=] ([=]), na Data de Emissão; 6. *Quantidade de Notas Comerciais*: Foram emitidas [=] ([=]) Notas Comerciais; 7. *Valor Total da Emissão*: R$ [=] ([=]), na Data de Emissão; 8. *Data de Vencimento*: As Notas Comerciais terão prazo de [=] ([=]) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [=] de [=] de 20[=] (“Data de Vencimento”), ressalvada a possibilidade de liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos do Termo de Emissão; 9. *Atualização Monetária*: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso, será atualizado monetária e mensalmente, a cada Período de Capitalização, pela variação mensal positiva do IPCA de forma exponencial, calculada *pro-rata temporis,* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (em cada Data de Aniversário, conforme definida abaixo), desde a Primeira Data de Integralização (inclusive), ou a Data de Aniversário imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Aniversário (exclusive), conforme fórmula constante do Termo de Emissão; 10. *Juros Remuneratórios*: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Notas Comerciais, incidirão juros remuneratórios prefixados ao ano, com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a cada Período de Capitalização, equivalentes a 12,68% (doze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, conforme fórmula constante do Termo de Emissão; 11. *Pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios*: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais (ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, conforme o caso) será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, juntamente com a Atualização Monetária e os Juros Remuneratórios não incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado, na Data de Vencimento das Notas Comerciais, ressalvada a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Obrigatória, bem como da liquidação antecipada das Notas Comerciais em razão do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou, ainda, da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos deste Termo de Emissão; 12. *Vencimento Antecipado*: As Notas Comerciais estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado automáticas e não automáticas detalhadas no Termo de Emissão, sendo devido o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescidos, ainda, de encargos moratórios, se for o caso, nos termos do Termo de Emissão (“Valor do Vencimento Antecipado”); 13. *Encargos moratórios*: ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida à Titular das Notas Comerciais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas comprovadamente incorridas para cobrança; 14. *Local de pagamento*: os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, por meio de TED, ou outra forma de transferência bancária de liquidez imediata, para a conta corrente da Titular das Notas Comerciais; e 15. *Local de emissão*: São Paulo – SP. | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| * 1. **CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO** | | |
| **Quantidade de Notas Comerciais Subscritas**:  [•] | **Preço de Subscrição Unit.:**  R$ [=] | **Preço de Subscrição Total Notas Comerciais:**  R$ [•] |
| **Forma de Integralização**:  [•] | | |
| * 1. **DADOS BANCÁRIOS DA EMISSORA** | | |
| **Banco**  [•] (cód. [•]) | **Agência**  [•] | **Conta Corrente**  [•] |
| * 1. **DADOS BANCÁRIOS DA TITULAR DAS NOTAS COMERCIAIS**   ***(recebimento dos valores devidos pela Emissora em razão das Notas Comerciais)*** | | |
| **Banco**  [=] (cód. [=]) | **Agência**  [=] | **Conta Corrente**  [=] |

|  |
| --- |
| * 1. **ADESÃO AOS TERMOS E CONDIÇÕES** |
| O subscritor das Notas Comerciais declara, neste ato, para os devidos fins, que:   1. conhece e está de acordo com todas as disposições constantes deste Boletim de Subscrição e do Termo de Emissão, a qual em seu entendimento é suficiente para a análise e decisão de investimento nas Notas Comerciais; 2. tem plena ciência dos riscos envolvidos no investimento nas Notas Comerciais, das hipóteses de vencimento antecipado e dos demais termos e condições previstos no Termo de Emissão; 3. possui capacidade financeira para o investimento nas Notas Comerciais, o qual é adequado ao seu nível de sofisticação e perfil de risco; 4. de acordo com seus atos societários e com a regulamentação que lhe é aplicável, a subscrição das Notas Comerciais é válida e legal e não infringe qualquer lei, regulamento ou política de regulação a ele aplicável; e 5. recebeu todas as informações pertinentes, as quais considera adequadas e suficientes para a sua decisão de investimento nas Notas Comerciais. | |

As Partes, desde já, elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir toda e qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Boletim de Subscrição, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação deste Boletim de Subscrição ou do Termo de Emissão.

São Paulo, [•] de setembro de 2022.

*[A ser inserido os campos de assinatura]*

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO V da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

Despesas da Operação de Securitização

**[Nota PMK: A ser incluído oportunamente]**

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

ANEXO VI da *“Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantias Reais e Fidejussórias, para Colocação Privada, da [SPE Pintassilgo]”*

**Volume Projetado de Vendas de Unidades Autônomas do Empreendimento Alvo Pintassilgo**

**[Nota PMK: A ser incluído oportunamente]**

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*